

Pregão Eletrônico nº 20260004 – SETUR**Processo nº 36001.000112/2026-45****UASG: 943001****Número Comprasnet: 90370/2026**

O FUNDETUR/SETUR, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de **Menor Preço** por GRUPO, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe. A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo.

1.2. O modo de disputa será o **Aberto e Fechado**.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por **empreitada por preço global**.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a prestação dos serviços auxiliares à operação, administração, manutenção e conservação dos aeroportos regionais de Jericoacoara (SBJE), Canoa Quebrada (SBAC), Sobral (SN6L), Camocim (SNWC), São Benedito (SWBE), Crateús (SNWS), Tauá (SDZG), Campos Sales (SNCS), Iguatu (SNIG) e Quixadá (SNQX), de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, **pelo pregoeiro Andersson Silva de Almeida**.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.



5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3125.9378 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 02/06/2026.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/06/2026, às 8h30min.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 18/06/2026, às 8h30min.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Gestão/Unidade: 36200001 – FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ – FUNDETUR;

8.2.2. Fonte de Recursos: 500 – 501 – TESOURO DO ESTADO; 759 – RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS;

8.2.3. Programa de Trabalho: 261 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

8.2.4. Elemento de Despesa: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou da

Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Não poderão disputar esta licitação:

9.4.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.4.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.4.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.4.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.4.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.4.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.4.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.4.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.4.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5. É permitida a participação de consórcio, nos termos do Decreto Estadual nº 35.067/2022 e o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as seguintes normas:

9.5.1. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

9.5.2. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

9.5.2.1. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

9.5.3. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

9.5.4. Os atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, possuem responsabilidade solidária de todos os seus integrantes;

9.5.4.1. O compromisso de constituição de consórcio e o contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor deverão conter cláusula de responsabilidade solidária;

9.5.5. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio;

9.5.6. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.6.1. Para cumprimento do subitem anterior, faz-se necessário também a demonstração, por todos os consorciados, do atendimento aos requisitos contábeis definidos neste edital e/ou seus anexos, quando houver.

9.5.7. Para o consórcio haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

9.5.7.1. O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e empresas de pequeno porte.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotor da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 26.996.545,92 (vinte e seis milhões, novecentos e noventa e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos)** conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

11.2. Os riscos a serem suportados pelo contratante e contratado se encontram descritos no subitem 2.2 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação.

12.3.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante

diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.3 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.5.4.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.6, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.



13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.5.1. Para fins de julgamento e classificação das propostas, o valor global da proposta deverá ser obtido mediante a multiplicação do valor unitário mensal ofertado pelo período total de execução contratual de 12 (doze) meses, conforme a seguinte fórmula:

$\text{Valor Global da Proposta} = \text{Valor Unitário Mensal} \times 12 \text{ (meses)}$
--

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

14.8. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (Um centésimo por cento)**, utilizando como referência o valor unitário do item.

14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.11, possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.14. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.

14.14.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.

14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.21. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;



14.22.2. Empresas brasileiras;

14.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.23. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024-Plenário.

14.23.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.24.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável uma vez por igual período, na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.27. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.4 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.26 deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.9.1. Contiver vícios insanáveis;

15.9.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração.

15.9.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.9.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.10. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.11. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

16.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, nos termos do Anexo IV – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

16.11. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendada com a Superintendência de Aeroportos (SUPAE) da SETUR/CE pelo telefone (85) 3195-0281, nos horários das 9h às 16h, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes;

16.12. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação nos termos do Anexo V – Modelo do Termo de Renúncia de Vistoria;

16.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

16.14. A realização de vistoria prévia será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, conforme estabelecido no item 6.2, do Termo de Referência.

20.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.7. Da Subcontratação

20.7.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

20.8. Da Garantia contratual

20.8.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

ANEXO IV – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria

ANEXO V – Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria

Fortaleza/CE, 22 de maio de 2026.

Carlos Gustavo de Sousa Montenegro

Secretário Executivo do Turismo

Ordenador de Despesas

Analisado e aprovado o processo da contratação pela assessoria jurídica

Alex Curvello Arruda Lopes

OAB-CE nº 37.909

Assessoria Jurídica



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 36001.000112/2026-45

UNIDADE REQUISITANTE: SETUR

1. DO OBJETO

1.1. **Serviços auxiliares à operação, administração, conservação e manutenção dos aeroportos regionais de Jericoacoara (SBJE), Canoa Quebrada (SBAC), Sobral (SN6L), Camocim (SNWC), São Benedito (SWBE), Crateús (SNWS), Tauá (SDZG), Campos Sales (SNCS), Iguatu (SNIG) e Quixadá (SNQX)**, de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), seguindo as especificações e os quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço sob regime de execução indireta Empreitada por Preço Global**

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

GRUPO 1 – AEROPORTOS CERTIFICADOS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO/MENSAL	VALOR GLOBAL/ANUAL
1.	SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE JERICOACOARA (SBJE) , de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). COMPRASNET: UNIDADE = MÊS	MESES	12	R\$ 689.261,5400	R\$ 8.271.138,48
2.	SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE CANOA QUEBRADA (SBAC) , de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). COMPRASNET: UNIDADE = MÊS	MESES	12	R\$ 416.461,4000	R\$ 4.997.536,80
	TOTAL			R\$ 1.105.722,94	R\$ 13.268.675,28
GRUPO 2 – AEROPORTOS NÃO CERTIFICADOS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO/MENSAL	VALOR GLOBAL/ANUAL
3.	SERVIÇOS AUXILIARES A OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE QUIXADÁ (SNQX) , de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle	MENSAL	12	R\$ 122.088,3350	R\$ 1.465.060,02

	do Espaço Aéreo (DECEA). COMPRASNET: UNIDADE = MÊS				
4.	SERVIÇOS AUXILIARES A OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE CAMOCIM (SNWC) , de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). COMPRASNET: UNIDADE = MÊS	MENSAL	12	R\$ 121.913,8400	R\$ 1.462.966,08
5.	SERVIÇOS AUXILIARES A OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE CRATEÚS (SNWS) , de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). COMPRASNET: UNIDADE = MÊS	MENSAL	12	R\$ 130.580,4250	R\$ 1.566.965,10
6.	SERVIÇOS AUXILIARES A OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE CAMPOS SALES (SNCS) , de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). COMPRASNET: UNIDADE = MÊS	MENSAL	12	R\$ 122.088,3350	R\$ 1.465.060,02
7.	SERVIÇOS AUXILIARES A OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE SOBRAL (SN6L) , de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). COMPRASNET: UNIDADE = MÊS	MENSAL	12	R\$ 264.069,1000	R\$ 3.168.829,20
8.	SERVIÇOS AUXILIARES A OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE SÃO BENEDITO (SWBE) , de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). COMPRASNET: UNIDADE = MÊS	MENSAL	12	R\$ 130.580,4250	R\$ 1.566.965,10
9.	SERVIÇOS AUXILIARES A OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE TAUÁ (SDZG) , de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). COMPRASNET: UNIDADE = MÊS	MENSAL	12	R\$ 122.088,3350	R\$ 1.465.060,02
10.	SERVIÇOS AUXILIARES A OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE IGUATU (SNIG) , de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). COMPRASNET: UNIDADE = MÊS	MENSAL	12	R\$ 130.580,4250	R\$ 1.566.965,10
TOTAL				R\$ 1.143.989,225	R\$ 13.727.870,64

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. Da Matriz de Risco

2.2.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante, contratado e compartilhado. A matriz apresenta os principais riscos identificados

para a contratação, classificados por probabilidade de ocorrência (Baixa, Média, Alta) e impacto (Baixo, Médio, Alto, Crítico), com definição de responsabilidades e medidas de mitigação.

ID	Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Responsável	Medidas de Mitigação
R01	Descumprimento de normas regulatórias (ANAC/DECEA) pela contratada.	Média	Alto	ALTO	Contratada (90%)	Cumprir integralmente os normativos aplicáveis, manter equipes capacitadas, executar procedimentos operacionais e manter documentação atualizada.
					SETUR (10%)	Fiscalizar a execução contratual, acompanhar conformidade regulatória e aplicar medidas administrativas cabíveis.
R02	Perda de certificação operacional dos aeroportos SBJE e SBAC.	Baixa	Crítico	ALTO	Contratada (70%)	Executar as atividades operacionais, administrativas e de manutenção necessárias à manutenção do COA e demais requisitos regulatórios.
					SETUR (30%)	Coordenar institucionalmente as ações junto à ANAC/COMAER e acompanhar os processos de certificação e fiscalização.
R03	Incidente ou acidente aeronáutico por falha operacional.	Baixa	Crítico	ALTO	Contratada (100%)	Exigir implementação rigorosa de SGSO; Treinamento contínuo de equipes; Auditorias de segurança operacional; Seguro de responsabilidade civil obrigatório.
R04	Inadequação de recursos humanos (quantidade ou qualificação).	Média	Alto	ALTO	Contratada (90%)	Disponibilizar quantitativo adequado de profissionais habilitados e capacitados conforme exigências regulatórias e contratuais.
					SETUR (10%)	Fiscalizar o cumprimento das exigências contratuais relativas à qualificação e quantitativo mínimo de pessoal.
R05	Falha em equipamentos críticos (SESCINC, EPTA, auxílios visuais).	Média	Alto	ALTO	Contratada (100%)	Exigir manutenção preventiva programada; Disponibilidade de peças de reposição; Tempo-resposta máximo para reparos; Penalidades por indisponibilidade.
R06	Redução de demanda por voos (crises econômicas, pandemias).	Baixa	Médio	BAIXO	Contratada (20%)	Adequar a execução operacional e administrativa às demandas existentes, mantendo a continuidade dos serviços contratados.
					SETUR (80%)	Avaliar eventual necessidade de reequilíbrio ou ajustes contratuais decorrentes de impactos extraordinários.
R07	Danos ambientais causados por operações aeroportuárias.	Baixa	Médio	BAIXO	Contratada (80%)	Cumprir a legislação ambiental, executar gerenciamento ambiental adequado e promover destinação correta de resíduos.
					SETUR (20%)	Fiscalizar o cumprimento das obrigações ambientais e apoiar ações institucionais junto aos órgãos competentes.
R08	Interrupção de serviços por eventos climáticos extremos.	Baixa	Médio	BAIXO	Contratada (50%)	Executar planos de contingência, ações emergenciais e manutenção preventiva da infraestrutura aeroportuária.
					SETUR (50%)	Apoiar institucionalmente medidas emergenciais e avaliar providências administrativas e contratuais necessárias.

Legenda: - **Probabilidade:** Baixa (< 30%), Média (30-60%), Alta (> 60%) - **Impacto:** Baixo (impacto operacional mínimo), Médio (impacto operacional moderado), Alto (impacto operacional significativo), Crítico (interrupção de operações ou risco à segurança) - **Nível de Risco:** Crítico

(requer ação imediata), Alto (requer atenção prioritária), Médio (requer monitoramento), Baixo (aceitável com monitoramento).

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que está relacionado às atividades-fim da Secretaria do Turismo do Ceará, as quais são de necessidade permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a possibilidade da vantajosidade econômica advinda da economia de escala.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição da necessidade de contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, conforme art. 92 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

6.1.1.1. É vedada a subcontratação integral ou da parcela principal da obrigação.

6.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia da contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.1.4. A Contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.2. Garantia contratual:

6.2.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, que deverá ser prestada até a celebração do contrato.

6.2.2. Adotada a modalidade seguro-garantia, prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentá-la no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da dispensa e anterior

à assinatura do contrato. Fica ressalvado que, caso se faça necessária a contratação antes do prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme § 3º do mesmo artigo suprarreferido.

6.2.3. Utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.2.4. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.2.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 6.2.7, deste Termo.

6.2.6. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.2.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.2.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos de não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

6.2.9. A modalidade seguro-garantia, somente, será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 6.2.8, observada a legislação que rege a matéria.

6.2.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco Bradesco S.A., com correção monetária.

6.2.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

6.2.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

6.2.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.2.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado.

6.2.15. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.2.16. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.17. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.2.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.2.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

6.2.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo.

6.3. Treinamentos e Capacitação

6.3.1. Considerando que as atividades objeto desta contratação estão sujeitas à regulamentação aeronáutica específica emitida pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e pelo Comando da Aeronáutica (COMAER), a contratada deverá assegurar que todos os profissionais vinculados à execução contratual atendam integralmente aos requisitos de treinamento, capacitação, habilitação e reciclagem previstos nos normativos aplicáveis, especialmente RBAC 153, RBAC 107 e demais normas correlatas.

6.3.2. Todos os treinamentos, capacitações, reciclagens e habilitações necessários à execução dos serviços deverão observar integralmente a regulamentação aeronáutica vigente emitida pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), pelo Comando da Aeronáutica (COMAER) e demais órgãos competentes, especialmente o RBAC 153, RBAC 107 e normas correlatas aplicáveis às atividades aeroportuárias.

6.3.3. Os treinamentos poderão ocorrer nas modalidades presencial, remota ou híbrida, conforme exigência normativa aplicável, natureza da atividade exercida e critérios estabelecidos pela regulamentação aeronáutica vigente.

6.3.4. A contratada deverá assegurar que todos os profissionais alocados na execução contratual possuam capacitação, habilitação, certificação e reciclagens válidas e compatíveis com as funções desempenhadas, incluindo profissionais titulares, substitutos, reservas técnicas e folguistas.

6.3.5. A quantidade de profissionais capacitados deverá ser suficiente para garantir a continuidade das operações aeroportuárias, observados os requisitos de segurança operacional, AVSEC, SESCINC, SGSO, EPTA e demais exigências regulatórias aplicáveis.

6.3.6. Todos os custos relativos a treinamentos, reciclagens, certificações, deslocamentos, diárias, simulados operacionais e demais capacitações obrigatórias deverão estar contemplados na proposta comercial da contratada, sem ônus adicional para a contratante.

6.3.7. Caberá à contratada manter atualizados e disponíveis à fiscalização da contratante e dos órgãos reguladores os registros, certificados, comprovantes de capacitação e demais documentos relacionados à habilitação operacional dos profissionais vinculados à execução dos serviços.

6.4. Sustentabilidade

6.4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I – Uso eficiente de recursos naturais: a Contratada deverá adotar práticas que promovam o uso racional de água, energia elétrica e demais recursos naturais nas atividades de administração, operação e manutenção aeroportuária, incluindo ações de monitoramento e redução de consumo sempre que tecnicamente viável.

II – Eficiência energética: os serviços de manutenção e substituição de equipamentos e sistemas elétricos, deverá ser priorizada, sempre que possível, a utilização de equipamentos com maior eficiência energética, especialmente nos sistemas de iluminação de pistas, pátios, vias de circulação, balizamento luminoso e instalações do terminal de passageiros.

III – Gestão e destinação adequada de resíduos: a Contratada deverá assegurar a correta segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na execução dos serviços, incluindo resíduos sólidos urbanos, resíduos recicláveis,

resíduos perigosos e resíduos provenientes de manutenção de equipamentos eletroeletrônicos e luminotécnicos.

IV – Destinação de materiais potencialmente poluentes: deverá ser garantida a destinação ambientalmente adequada de materiais potencialmente poluentes, tais como lâmpadas, baterias, óleos lubrificantes, componentes eletrônicos, filtros e demais insumos utilizados nas atividades de manutenção aeroportuária.

V – Conformidade ambiental: a Contratada deverá cumprir toda a legislação ambiental aplicável às atividades desenvolvidas, bem como observar normas e orientações emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

VI – Boas práticas operacionais: sempre que possível, deverão ser adotadas práticas operacionais que contribuam para a redução de impactos ambientais, incluindo racionalização de materiais, redução de desperdícios, reaproveitamento de insumos e estímulo à coleta seletiva nas áreas administradas.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Condições de Execução

7.1.1. Especificação Geral do Objeto:

7.1.1.1. Os serviços a serem prestados de forma auxiliar, nos Aeroportos Regionais de Jericoacoara (SBJE), Canoa Quebrada (SBAC), Sobral (SN6L), Camocim (SNWC), São Benedito (SWBE), Crateús (SNWS), Tauá (SDZG), Campos Sales (SNCS), Iguatu (SNIG) e Quixadá (SNQX), foram divididos em 3 áreas a saber, visando apoiar e otimizar as atividades aeroportuárias.

7.1.1.2. Os serviços especificados são essenciais para o funcionamento eficiente e seguro dos aeroportos, apoiando a SETUR/CE em suas responsabilidades diárias na Administração Aeroportuária sem implicar a transferência destas para terceiros.

a) Auxílio à Administração Aeroportuária (ADM):

a.1. Prestação de serviços contínuos: Prestar os serviços de maneira auxiliar à Administração Aeroportuária de segunda-feira a sábado, excluindo-se feriados, ininterruptamente, nos horários comerciais, garantindo suporte contínuo às atividades aeroportuárias;

a.2. Atendimento ao usuário: Garantir o melhor atendimento possível ao usuário do transporte aéreo, melhorando a experiência dos passageiros e contribuindo para a satisfação geral dos serviços aeroportuários;

a.3. Gestão de escala: Elaborar e gerir as escalas de serviço, assegurando que todas as atividades sejam coordenadas de forma eficiente e que o pessoal esteja disponível, conforme necessário;

a.4. Credenciamento: Realizar o credenciamento de pessoas e veículos, garantindo que, apenas, indivíduos e veículos autorizados tenham acesso às áreas restritas do aeroporto;

a.5. Programação de voos: Gerir a programação de voos com as companhias aéreas, facilitando a coordenação e o planejamento das operações aéreas;

a.6. Análise de movimentação: Elaborar planilhas e relatórios de movimentação de aeronaves e passageiros, fornecendo dados essenciais para a gestão eficaz das operações aeroportuárias;

a.7. Controle tarifário: Controlar e planilhar a tarifação das operações (aéreas, cargas, passageiros), de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SETUR/CE, garantindo que todas as transações sejam transparentes e justas; e

a.8. Fiscalização e ordenamento: Auxiliar a SETUR/CE na fiscalização e ordenamento das atividades das Concessionárias (Cias Aéreas, ESATA, demais locatários de áreas aeroportuárias), assegurando que todas as operações sejam realizadas de acordo com as normas e regulamentos aplicáveis.

b) Auxílio à Operação Aeroportuária (OPE):



- b.1. Disponibilização contínua de serviços: Disponibilizar os serviços de Operação Aeroportuária 24h por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, inclusive em feriados, garantindo suporte contínuo às atividades aeroportuárias;
- b.2. Coordenação de Operações Noturnas: Coordenar junto à Administração Aeroportuária, com antecedência mínima de 03 (três) horas, as operações a serem realizadas no período entre 18h às 06h, assegurando que todas as atividades sejam planejadas e executadas de forma eficiente;
- b.3. Segurança da Aviação Civil: Operar o Canal de Inspeção – AVSEC (Segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita) para todos os voos da aviação regular e voos charter, garantindo a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita.
- b.4. Serviço de Prevenção e Combate a Incêndio: Operar o serviço de SESCINC na CAT 7 para SBJE somente em voos comerciais, conforme estabelecido no RBAC 153, assegurando a segurança dos passageiros e da infraestrutura aeroportuária.
- b.5. Administração de Telecomunicações e Tráfego Aéreo: Operar e administrar a EPTA (Estação prestadora de serviço de telecomunicações e de tráfego aéreo) CAT “A” conforme estabelecido na ICA 63-10, garantindo a comunicação eficaz e segura entre as aeronaves e as torres de controle.
- b.6. Gerenciamento da Segurança Operacional: Manter e implementar ações de SGSO (Sistema de gerenciamento da segurança operacional), assegurando que todas as operações sejam realizadas com o mais alto padrão de segurança; e
- b.7. Documentação e Planejamento Operacional: Elaborar, implantar e atualizar todos os manuais, planos e programas para manutenção das operações aeroportuárias previstos pela Autoridade Aeronáutica (COMAER) e pela Agência Reguladora (ANAC) do setor da aviação civil, como MGSO, MOPS, PSA, PBZPA, PZPANA, PBZR, IPF, PGRF, PLEM, PCINC, entre outros.

c) Auxílio à Conservação e Manutenção (MNT):

- c.1. Disponibilidade Contínua de Manutenção Emergencial: Manter disponíveis os serviços de manutenção emergencial 24 horas por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, inclusive em feriados, garantindo suporte contínuo às necessidades urgentes do aeroporto.
- c.2. Prestação de Serviços de Conservação e Manutenção: Prestar os demais serviços de conservação e manutenção de segunda-feira a sábado, excluindo-se feriados, ininterruptamente, nos horários comerciais, assegurando que todas as infraestruturas estejam em boas condições.
- c.3. Manutenção de Edificações: Realizar a manutenção e conservação das edificações, incluindo TPS, SCI, Caixa/Castelo d’água, Cobertas (estrutura metálica e de madeira), Guarita de inspeção e Casa de força (K.F.), garantindo a integridade estrutural e funcional dessas instalações.
- c.4. Conservação e Reparo de Equipamentos e Mobiliário: propiciar a conservação, reparos e/ou substituição dos equipamentos e mobiliário, como pórtico de inspeção, Raio X, esteiras de bagagem, CFTV, SIV, Racks da Sala CUT, Rede Wi-Fi, Telefones, Ares-condicionados, Computadores, Mobiliário (mesas, cadeiras, longarinas e armários), Letreiro luminoso, Auxílios à navegação e visuais (luminárias da PPD, TWY e pátio – luminária SN-05, lâmpadas, transformadores, etc), PAPI, farol rotativo, biruta iluminada, EMS – estação meteorológica de superfície, controle de luminosidade do balizamento, sistema de gravação de mensagens ATS, Impressora, computador, Estação VHF aeronáutico, VHF portátil, refletores do pátio e SCI, CCI, equipamentos de apoio às operações de resgate, dentre outros, assegurando que todos os sistemas estejam funcionais e atualizados.
- c.5. Manutenção do Sítio Aeroportuário: Realizar a manutenção e conservação de todo o Sítio Aeroportuário, incluindo roço de áreas verdes (faixa de pista, RESA, vegetação que invada as superfícies de proteção ao voo - PBZPA), cercas patrimonial e operacional, manutenção das vias de inspeção internas e externas da cerca patrimonial e operacional, dentre outros, conforme regulamentação vigente, garantindo a segurança e a conformidade das áreas ao redor do aeroporto.

7.2.2. Fica estabelecido que as 03 (três) áreas (ADM; OPE e MNT) devem observar, igualmente, as seguintes especificações de serviços:

7.2.2.1. Os serviços a serem prestados de maneira auxiliar à SETUR/CE nos Aeroportos envolvem as atividades de administração, operação, gerenciamento, limpeza, asseio, conservação e manutenção;

7.2.2.2. Espera-se como resultado da contratação de tais serviços, que os aeródromos tenham condições de operar dentro dos padrões de segurança estabelecidos pelo COMAER e ANAC e que sejam prestados serviços de boa qualidade aos usuários do transporte aéreo, preservado o patrimônio dos aeroportos e que as demais empresas (Cias Aéreas, ESATA, demais cessionárias) sejam devidamente atendidas nos processos de controle de suas atividades;

7.2.2.3. Permanecerá à disposição da contratada toda infraestrutura física e móvel existente nos aeroportos. A contratante entregará o inventário e laudo de vistoria em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato. A contratada, por sua vez, deverá dar o aceite do inventário e laudo de vistoria, restituindo-o à contratante em até 30 (trinta) dias corridos, contados do seu recebimento;

7.2.2.4. A contratante não disponibilizará nenhum empregado para atuar na administração do aeroporto, ficando a cargo da contratada o fornecimento total da mão de obra, materiais/insumos e serviços;

7.2.2.5. Visando a assistência com a Administração Pública, a contratada deverá gerenciar os serviços operacionais dos aeroportos, controlar as atividades das demais empresas atuantes nos ambientes aeroportuários, manter os padrões de *safety*, *security* e dos sistemas de facilitação, conforme estabelecido pela legislação aeroportuária;

7.2.2.6. Os controles ou registros das operações aeroportuárias e da administração dos aeroportos deverão estar sempre em dia e disponíveis para a conferência por parte da contratante;

7.2.2.7. Os colaboradores, que atuarão em ambos aeroportos, deverão ser contratados legalmente, nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas e outras normas trabalhistas aplicáveis, devendo possuir os cursos pertinentes às suas funções previstos pelos RBAC 107, RBAC 153, Resolução 279/ANAC e Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 102-7 e ICA 66-23, sem qualquer vínculo ou responsabilidade com a Administração Pública;

7.2.2.8. Na hipótese da contratante ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente, em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de emprego decorrente do contrato, que vier a ser celebrado, a contratada ficará obrigada a responder, pronta e exclusivamente, perante tais reivindicações; e

7.2.2.9. Todas as instruções e reclamações direcionadas à contratante serão transmitidas por escrito diretamente à contratada, salvo, em casos de urgência, quando poderá fazê-lo por telefone, aplicativo de mensagens ou ao próprio funcionário em serviço, tornando-a formal, tão logo seja possível.

7.2.3. Detalhamento dos serviços de Administração e Operação dos Aeroportos:

7.2.3.1. A administração aeroportuária responde pelas medidas preventivas de segurança, nos controles de acesso para o “lado ar,” a partir de suas instalações, coordenando e supervisionando os controles de segurança de responsabilidade de terceiros, devendo, portanto:

a) Estabelecer todas as ações necessárias para a obtenção e manutenção dos Certificados Operacionais dos Aeroportos (COA) e demais ações correlacionadas;

b) Estabelecer um sistema de credenciamento de pessoas e autorizações de veículos que necessitam ter acesso às áreas controladas e restritas de segurança, dentre os critérios estabelecidos pela ANAC;

c) Manter o serviço de controle, nos pontos de acesso às áreas restritas e controladas dos aeroportos;

d) Manter as barreiras de segurança dos sítios aeroportuários, patrimonial e operacional, íntegras e com vigilância e proteção;

- e) Manter os serviços auxiliares à operação e à administração, além da manutenção e conservação dos Aeroportos em acordo com a RBAC 153;
- f) Cumprir e fazer cumprir, nos sítios aeroportuários, os requisitos definidos nos regulamentos e demais normas vigentes;
- g) Registrar, arquivar, nas dependências dos aeródromos, e manter, atualizadas as informações e os documentos, que comprovem o cumprimento dos requisitos exigidos nos regulamentos da ANAC e do COMAER;
- h) Prover e manter, nos aeródromos, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, suficientes para cumprir os requisitos e parâmetros estabelecidos pela ANAC e COMAER;
- i) Manter a segurança operacional dos aeródromos, dentro de níveis exigidos pela ANAC e COMAER;
- j) Estabelecer, implementar e garantir o funcionamento do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO), possibilitando a execução das atividades nos aeródromos dentro dos padrões estabelecidos na Subparte C do RBAC 153 e no Programa de Segurança Operacional Específico (PSOE/ANAC);
- k) Prover o treinamento de todo pessoal, cuja atividade influencie na segurança operacional, de modo a adequar suas atividades às características específicas dos aeródromos, conforme estabelecido nos itens 153.37 – Treinamento de Profissionais que Exercem Atividades Específicas e 153.59 – Promoção da Segurança Operacional do RBAC 153;
- l) Monitorar a presença de animais nos sítios aeroportuários e os eventos de colisão entre fauna e aeronaves, com o objetivo de avaliar a aplicabilidade dos requisitos estabelecidos em norma específica para o gerenciamento do risco da fauna em aeródromos;
- m) Monitorar as áreas operacionais de modo a identificar perigos que comprometam a segurança das operações aéreas e aeroportuárias, implementando ações mitigadoras que garantam a segurança destas;
- n) Comunicar à ANAC qualquer Evento de Segurança Operacional (ESO), referente aos aeródromos, conforme estabelecido pelo PSOE/ANAC e regulamentação vigente, devendo, obrigatoriamente, informar de imediato, a contratante;
- o) Elaborar e divulgar procedimentos e requisitos, previstos nos regulamentos, que constituam o conjunto das atividades essenciais desenvolvidas nos aeródromos;
- p) Garantir a prestação dos serviços aeronáuticos e aeroportuários em acordo com a infraestrutura e serviços disponíveis;
- q) Informar aos órgãos competentes a interdição temporária e/ou a liberação do(s) aeródromo(s) de acordo com as normas vigentes, devendo, obrigatoriamente, informar de imediato a contratante;
- r) Adotar medidas mitigadoras visando manter as áreas operacionais livres da presença de pessoas, equipamentos e veículos não autorizados ou que constituam perigo às operações aéreas e aeroportuárias;
- s) Adotar medidas mitigadoras visando manter as áreas operacionais livres de animais que constituam perigo às operações aéreas e aeroportuárias;
- t) Manter as pistas de pousos e decolagens livres de obstáculos que comprometam a segurança das operações de pouso e decolagem;
- u) Coordenar e fiscalizar a movimentação de veículos, pessoas e serviços em solo próprio e das demais organizações que atuam nos aeródromos, no que diz respeito às regras dispostas nos regulamentos e demais normas vigentes;
- v) Manter a infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, sob sua responsabilidade, em condições operacionais para a garantia da segurança e regularidade dos serviços disponíveis;

w) Coordenar, previamente com a contratante, as datas e horários das Reuniões da Comissão de Segurança Aeroportuária (CSA) e quaisquer outros eventos que requeira a participação de representantes da SETUR; e

x) Ordenar a saída dos passageiros, durante o desembarque, possibilitando uma livre circulação dos mesmos ao adentrarem ao saguão principal, evitando que sejam assediados e abordados pelas diversas cooperativas de transporte, taxistas e particulares.

7.2.3.2. Os serviços de segurança patrimonial têm por objetivo a prestação de serviço continuado de segurança presencial, envolvendo profissionais devidamente treinados e capacitados e o fornecimento de aparelhamento de suporte.

a) Os serviços de Segurança Patrimonial e Vigilância de toda a área patrimonial nos Terminais de Passageiros e Serviços (TPS) deverão ser prestados, ininterruptamente, 24h por dia, 07 dias da semana, incluindo feriados.

7.2.3.3. Para as operações aeroportuárias, o serviço prestado para a Proteção da Aviação Civil, para os aeroportos certificados (grupo I), deverá ser provido e dimensionado pela contratada, na operação do Canal de Inspeção e Controle de Acesso, para garantir o atendimento aos voos da aviação regular e geral, com movimentações de até 1.000.000 (um milhão) de passageiros ao ano, conforme estabelecido pelo RBAC 153 para aeroportos classe I e classe II certificados;

a) Tal dimensionamento poderá ser flexibilizado, tornando a Área Restrita de Segurança (ARS) em Área Controlada (AC) para, em períodos de maior movimento, garantir o atendimento de aeronaves e passageiros, de acordo com as normas trabalhistas e regulamentos da ANAC.

7.2.3.4. Sem prejuízo de outros serviços, que estejam implícitos e decorram, naturalmente, das atividades principais de auxílio, a contratada deverá:

a) Fornecer e responsabilizar-se pelo pessoal e materiais necessários à conservação das áreas verdes dos aeroportos;

b) Mobilizar as comunidades aeroportuárias, quando se fizer necessário, para auxiliar no gerenciamento e execução das atividades nos aeroportos, em particular as que envolvam a segurança operacional, patrimonial e/ou pessoal; e

c) Fornecer e responsabilizar-se pelo pessoal, instalações e materiais necessários à execução das tarefas administrativas, operacionais, de manutenção, de limpeza e de conservação das edificações dos aeroportos.

7.2.3.5. Nos serviços de Controle de Tráfego Aéreo (ATS), a contratada deverá possibilitar que:

a) Os serviços de Operação e Manutenção da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo - EPTA - Categoria "A", a contratada deverá manter o respectivo Certificado de Especialização Técnico-Operacional (CET), válido, expedido pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), de acordo com o que preconiza Portaria DECEA nº 907/DGCEA, de 9 de maio de 2023 (ICA 63-10);

b) O serviço das EPTA deverão ser dimensionados, visando atender as operações das Linhas Aéreas Regulares nos aeródromos certificados (grupo I). Tal dimensionamento poderá ser flexibilizado para, em períodos de maior movimento, garantir o atendimento de voos comerciais, de acordo com as normas trabalhistas e regulamentos da ANAC e COMAER;

c) Mantenha-se, em seu quadro de pessoal, tantos operadores de estação aeronáutica (OEA), quantos forem necessários, para o atendimento, conforme horário estabelecido para operação de EPTA Categoria "A", de acordo com legislação vigente;

d) Os operadores deverão estar capacitados a operar os diversos equipamentos da EPTA, Categoria "A", de propriedade da contratante, que ficarão sob a responsabilidade da contratada;

e) Os operadores deverão executar as atividades previstas para a EPTA, Categoria "A", conforme legislações vigentes;

f) Seja providenciada a documentação técnica para expedição das licenças de funcionamento do conjunto de VHF's e a sua homologação junto a ANATEL e a obtenção ou renovação da Licença de Operação da Estação; e

g) Acompanhada as vistorias remotas e técnicas da ANAC, CINDACTA e órgãos regionais do DECEA, devendo, obrigatoriamente, informar de imediato a contratante.

7.2.4. Quanto ao detalhamento dos serviços de Conservação, Manutenção, Limpeza e Asseio dos Aeroportos:

7.2.4.1. Definições:

a) Manutenção Preventiva: são manutenções programadas realizadas periodicamente e previamente, com o objetivo de evitar falhas nos equipamentos e/ou degradação das instalações;

b) Manutenção Corretiva: são manutenções programadas ou não, que visam corrigir eventuais problemas ou falhas, em decorrência de acidentes, quedas, quebras, erros no manuseio de equipamentos, dentre outros, que necessitem de reparação ou substituição; e

c) Manutenção Emergencial: são aquelas cuja natureza impeça o funcionamento normal das instalações e/ou equipamentos, causando paradas indesejáveis no serviço operacional, riscos a integridade física dos empregados, operadores, usuários e população ou ao patrimônio.

7.2.4.2. Essas atividades compreenderão o planejamento e a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva na área dos TPS dos aeroportos. Nas atividades de manutenção, além dos detalhes técnicos, deverá ser destacada a segurança dos usuários e também dos funcionários. A contratada deverá manter equipe de plantão para casos emergenciais.

7.2.4.3. A manutenção corriqueira de pequenos reparos deve estar incluída nos serviços da contratada, obedecendo ao limite de 20% (vinte por cento) do valor mensal pago pela contratante. Valores acima desse limite serão considerados como de grande monta.

a) Não será permitido o acúmulo de serviços, reparos e manutenção de tal modo que a postergação da sua execução deixe de ser algo corriqueiro, tornando-se serviço de grande monta; e

b) O percentual de 20% (vinte por cento) do valor mensal pago pela contratante refere-se a apenas uma tipologia de serviço, não sendo cumulativo para serviços distintos.

7.2.4.4. É responsabilidade da contratada a conservação de toda a área patrimonial dos Aeroportos.

7.2.4.5. Para os reparos de grande monta, acima de 20% (vinte por cento) do valor mensal pago pela contratante, deverá a contratada comunicar, imediatamente, a equipe de gestão/fiscalização do Contrato que verificará se as patologias eram preexistentes ou se ocorreram por falta de manutenção preventiva/corretiva por parte da contratada ou, ainda, se foram originadas por caso fortuito ou de força maior.

7.2.4.6. Sendo constatada a preexistência das patologias, caso fortuito ou de força maior, a contratante arcará com todo o ônus para reparo. Durante a execução dos serviços de reparo a contratada deverá coordenar a logística a fim de não prejudicar o bom andamento das operações e dos usuários do transporte aéreo.

7.2.4.7. Caso sejam constatadas que as patologias surgiram em decorrência da falta de manutenção preventiva/corretiva, todo ônus correrá por conta da contratada, sem prejuízo de sanção administrativa ou de multa a ser imposta à mesma.

7.2.4.8. Ao realizar as manutenções preventivas/corretivas por meio de subcontratação, deve a contratada comunicar a contratante para que esta avalie a capacidade técnica do profissional ou empresa que prestará o serviço, a fim de garantir a qualidade em todo o processo. A contratante poderá vetar a empresa e/ou profissional que não apresente qualificações técnicas ou que não forneça garantias pós serviço.

7.2.4.9. A contratada deverá priorizar as atividades de manutenção preventiva para diminuir as corretivas.



7.2.4.10. Realização dos Serviços de Manutenção:

a) Os serviços de manutenção preventiva, corretiva ou emergencial deverão ser realizados em todo sítio aeroportuário. Tais serviços deverão ser executadas por profissionais, utilizando equipamentos adequados e levar em consideração o fluxo de pessoas (TPS, SCI, estacionamento) e o período de execução (horários, alta/baixa estação).

b) Ações de Conservação e Manutenção do TPS, SCI, K.F., Guaritas e outras Edificações:

b.1. Realizar a manutenção em portas, janelas, vitrões, divisórias, vidros, policarbonatos, caixilharia, painéis;

b.2. Realizar a manutenção em caixas d'água, hidrantes e tubulações de água e esgoto;

b.3. Realizar a manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto de acordo com o preconizado pela legislação correspondente;

b.4. Realizar a manutenção de pisos, revestimentos (azulejos, textura), caixas de passagem, tampões em geral e ralos;

b.5. Realizar a manutenção em válvulas de descarga, caixa de descarga e bacia sanitária;

b.6. Realizar a manutenção em acessórios de sanitários: espelhos, saboneteira e papelaria;

b.7. Realizar a manutenção em lavatórios, torneiras, pias, sifões e flexíveis;

b.8. Realizar a manutenção em bebedouros e filtros;

b.9. Realizar a manutenção dos ares-condicionados, tubulações;

b.10. Realizar a manutenção no sistema de iluminação, refletores, luminárias, lâmpadas, soquetes, transformadores, reatores, inclusive do estacionamento de veículos, acesso ao aeroporto;

b.11. Realizar a manutenção em tomadas, interruptores, fiação;

b.12. Realizar a manutenção em cabines de força e quadro de distribuição; e

b.13. Realizar a manutenção em sistemas de telefonia e Internet, circuito fechado de TV, sistema de som e informação de voo.

c) Ações de Conservação e Manutenção de equipamentos e mobiliário:

c.1. Manter e conservar o pórtico de inspeção, raio X e demais itens correlacionados;

c.2. Manter e conservar as esteiras de bagagem, roletes e demais itens relacionados;

c.3. Manter e conservar os sistemas eletromagnéticos de abertura de portas;

c.4. Manter e conservar o sistema elétrico: subestação, grupos geradores (bateria, troca de óleo e filtro, troca do filtro de ar e de combustível, troca da água desmineralizada, aditivo para radiador), SPDA;

c.5. Manter e conservar os equipamentos da SCI: CCI, equipamentos de apoio ao salvamento (desencarcerador, serra, machado, pé-de-cabra, escada, maca, colar cervical, kit médico) e demais itens relacionados exigidos pelo RBAC 153;

c.6. Manter e conservar os auxílios visuais e a navegação aérea: balizamento noturno (luminárias SN-05, placa suporte, abraçadeira inox, coluna niveladora, junta frangível, plug superior do soquete, soquete receptáculo, lâmpadas, globos prismáticos, transformadores de isolamento), biruta (cone de vento, armação inox para cone de vento, iluminação, haste principal), farol rotativo (motor, escova de carvão, lâmpadas PAR64, lentes clara e verde), PAPI (Precision Approach Path Indicator), EMS (estação meteorológica de superfície), iluminação do pátio de manobras (escadas de acesso, suporte dos refletores, refletores), iluminação do estacionamento de veículos e vias de acesso e internas ao sítio aeroportuário;

c.7. Manter e conservar a EPTA, o Sistema de gravação de mensagens ATS, Impressora, Computador, Estação VHF aeronáutico, VHF portátil e demais itens relacionados; e

c.8. Manter e conservar todo o mobiliário, como mesas, cadeiras, armários, divisórias, longarinas, birôs, dentre outros, de todas as salas e instalações do sítio aeroportuário.

d) Ações de Conservação e Manutenção de outras áreas dos sítios aeroportuários:

d.1. Realizar a limpeza, varrição, controle de vegetação, controle de detritos e objetos outros no pavimento das áreas externas ao TPS, SCI, Guarita e outras edificações;

d.2. Realizar ações de jardinagem e paisagismo em todo o sítio aeroportuário;

d.3. Realizar o roço de áreas verdes e poda de árvores e arbustos (faixa de pista, RESA, vegetação que invada as superfícies de proteção ao voo – PBZPA);

d.4. Realizar a manutenção das cercas operacional e patrimonial, deixando-as sempre íntegras;

d.5. Realizar a manutenção através roço da vegetação das vias de inspeção internas e externas das cercas operacional e patrimonial;

d.6. Realizar a coleta seletiva, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados na execução dos serviços, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), cuja elaboração, implementação e manutenção serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE; e

d.7. Realizar, trimestralmente, a análise de água de consumo e dos efluentes líquidos tratados, com a emissão de laudo laboratorial que deverá ser encaminhado à SETUR/CE, por intermédio da Superintendência de Aeroportos (SUPAE).

7.2.4.11. Realização dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação:

a) Os serviços de limpeza deverão ser realizados 24h por dia, 07 dias por semana, ininterruptamente, inclusive em feriados, nas áreas públicas, operacionais e administrativas do aeroporto e executadas por profissionais com equipamentos adequados (EPI e/ou EPC), considerando que os mesmos serão realizados em áreas com fluxo de pessoas. Deve-se considerar também a realização de serviços nas coberturas e outros espaços que não sejam de acesso público, bem como a limpeza dos reservatórios de água, dedetização e desratização das áreas comuns do aeroporto, conforme descrição a seguir:

b) Ações de Limpeza, Asseio e Conservação do TPS, SCI, K.F., Guaritas e outras Edificações:

b.1. Limpeza, asseio e conservação dos banheiros:

b.1.1. Abastecer papel higiênico e papel toalha;

b.1.2. Abastecer sabonete (líquido);

b.1.3. Limpar pias, metais, mictórios, vasos sanitários, tampas de vasos sanitários;

b.1.4. Limpar espelhos;

b.1.5. Limpar pisos e azulejos;

b.1.6. Recolher e retirar o lixo; e

b.1.7. Outros itens relacionados.

b.2. Limpeza, asseio e conservação das demais áreas das edificações:

b.2.1. Limpar piso, paredes e vidros;

b.2.2. Limpar lixeiras;

b.2.3. Manter limpo os vasos de flores ornamentais;

b.2.4. Manter limpo as placas indicativas;

b.2.5. Manter limpo os bebedouros de água;

b.2.6. Limpar mesas e cadeiras;

b.2.7. Recolher e retirar o lixo; e

b.2.8. Outros itens relacionados.

b.3. Todo material de limpeza, higiene pessoal, de consumo para manutenção e conservação deverão estar inclusos nos custos da contratada.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pela contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço:

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. Não atendido o disposto no item 11.5 deste termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório e antes do fim da vigência contratual, por servidor ou Comissão, designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação, realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades, que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar a Contratada para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação:

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.8 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento:

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento:

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.5. Antecipação de pagamento:

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se este não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

10.5. Comunicar a Contratada para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.11. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

10.12. Fiscalizar a execução do objeto contratual, por meio de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da Contratada, que atenderá ou justificará de imediato ao pleito.

10.13. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.14. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas neste instrumento.

10.15. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

10.16. A Contratante terá o direito de exercer ampla fiscalização sobre os serviços previstos no presente Termo, por intermédio da Superintendência de Aeroportos (SUPAE), não importando a ação ou omissão dessa Fiscalização, que não acarretará redução ou supressão das responsabilidades da Contratada por quaisquer eventuais erros, falhas ou omissões relacionadas com tais serviços.

10.17. Constitui direito irrevogável da Contratante o de auditar, a qualquer tempo, os serviços da Contratada e de seus subcontratados.

10.18. A Contratante será responsável pelos reparos a toda pavimentação rígida e/ou flexível e suas sinalizações verticais e/ou horizontal do sítio aeroportuário, como pistas de pouso e decolagem, áreas de manobras, pátios de estacionamento de aeronaves, vias asfaltadas, além dos carros e equipamentos contra incêndio, em decorrência do final de sua vida útil, pelo bom uso, ou de acidente, cuja responsabilidade não possa comprovadamente ser atribuída à Contratada.

10.19. A Contratante será responsável pelo pagamento das taxas da ANAC/DECEA, bem como de outras tarifas, que não estejam diretamente relacionadas ao serviço objeto do contrato (Contratação dos Serviços Auxiliares à Operação, Administração, Conservação e Manutenção), assim como pelo pagamento da energia elétrica e água.

10.20. É de responsabilidade da Contratante as desapropriações, indenizações, atos administrativos, ações judiciais, em qualquer esfera, retirada de ocupantes, readequação dos imóveis, ou seja, todas as medidas necessárias para o adequado reestabelecimento da área patrimonial, que poderá ser transferida, sob Prestação de Serviços à Contratada ou a terceiros, não cabendo nenhum ônus a Contratada em relação ao não cumprimento deste restabelecimento patrimonial e ações.

10.21. A Fiscalização agirá em nome da Contratante, com plenos poderes para fiscalizar, supervisionar e controlar a qualidade dos serviços prestados pela Contratada e, ainda, fiscalizar e avaliar os aspectos de limpeza e conservação do sítio aeroportuário.

10.22. A fim de assegurar a consecução do preconizado no item anterior, a Fiscalização dos Serviços poderá, a seu critério e a qualquer momento, orientar os empregados da Contratada, no sentido de corrigir possíveis falhas na condução das tarefas, tornando-as, dessa forma, mais proficientes.

10.23. Fazendo-se necessárias modificações nos processos de trabalho, em função de mudanças na conjuntura operacional ou simplesmente com o fim de aperfeiçoar o padrão de qualidade dos serviços como um todo, a Fiscalização poderá, a seu critério e a bem da agilidade, discutir o assunto verbalmente com a Contratada, a qual poderá expor amplamente sua argumentação em relação ao assunto, cabendo, todavia, à Fiscalização a decisão final, que ficará registrada em ata ou outro documento.

10.24. A Fiscalização poderá solicitar o imediato afastamento de empregado da Contratada que embaraçar ou dificultar sua ação fiscalizadora ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, devendo a Contratada providenciar a substituição deste, às suas exclusivas expensas.

10.25. A Fiscalização poderá, sempre que julgar necessário, solicitar à Contratada a apresentação de quaisquer documentos referentes aos serviços contratados.

10.26. A Fiscalização registrará fatos e informações julgados relevantes à prestação dos serviços contratados, podendo o fazer a Contratada, por meio de mensagens eletrônicas, documentos físicos ou eletrônicos, dentre outros meios de comunicação, os quais deverão ter a confirmação de recebimento por um representante legal da Contratada ou pelos representantes locais nos aeroportos.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 121, caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislações específicas.

11.12.1. Comprovar, na forma do subitem 12.5.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos

empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.18. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.19. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

11.20. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.21. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.22. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e demais normas do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e a medicina do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

11.23. Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme previsto em lei.

11.24. A contratada deverá comprovar, no momento da assinatura do contrato, que:

11.24.1. Possui aptidão para desempenho da atividade lícita, através de CNPJ com o CNAE: 52.40-1-01 Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem;

11.24.2. Possui Técnico em Manutenção de Sistemas do Controle do Espaço Aéreo possuidor de licença e Certificado de Habilitação Técnica - CHT nos termos da Instrução do Comando da Aeronáutica 66-23 (ICA 66-23) - Licenças e Certificados de Habilitação Técnica para o Pessoal Técnico do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, como Técnico Pleno ou Supervisor.

11.24.3. Possui profissional(is) de Operação de Estação Aeronáutica (OEA) capaz(es) de prestar ATS e AFIS, nos termos da Instrução do Comando da Aeronáutica 63-10 (ICA 63-10) - Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA).

11.24.4. Possui profissional(is) detentores de Certificado(s) com a devida qualificação para desempenho de atividades pertinente ao objeto da licitação. A comprovação se dará por meio de certificados e/ou credenciais de capacidade técnica, fornecidos pelas Autoridades Aeronáuticas (ANAC, DECEA, SAC, etc), referentes às atividades abaixo discriminadas e consideradas como de maior relevância técnica para a atividade:

- a) Curso de Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional – SGSO;
- b) Curso de Formação em AVSEC para Operador de Aeródromo;
- c) Curso de Inspeção AVSEC – emitido pela ANAC;
- d) Curso de Bombeiros de Aeródromo.

11.24.5. O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante será(ão) responsável(is) técnico(s) pelos serviços. A comprovação de que o(s) responsável(eis) técnico(s) responderão pela execução do objeto pertence(m) ao quadro da empresa, se dará através de uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho; ou
- b) Contrato Social.

11.25. As comunicações (notificações, mensagens diversas, e-mail, documentos físicos e eletrônicos, etc) realizadas pela contratante e direcionadas aos Gerentes dos Aeroportos e/ou a qualquer um dos representantes da contratada, deverão ser respondidas o mais rápido possível.

11.26. A contratada obriga-se a executar os serviços objeto da presente contratação de acordo com a melhor técnica aplicável a trabalhos desta natureza, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância às especificações e anexos deste instrumento e dos demais detalhes e ordens que emanarem da contratante, em especial à Segurança Operacional.

11.27. A contratada arcará com todas as despesas de transporte, operação e manutenção relativa à mobilização e desmobilização de seu pessoal e equipamentos.

11.28. A contratada manterá representantes credenciados, perante a contratante, autorizados a representá-la, oficialmente ou através de procuração, em todos os atos referentes à execução do presente contrato. Em caso de impedimento ou ausência a contratada deverá indicar, de imediato, à contratante, os seus substitutos.

11.29. Os representantes da contratada terão poderes para dirigir os serviços, dedicando o melhor de sua atenção e competência e especialmente, receberão em nome da contratada, as instruções verbais ou por escrito pelos representantes da contratante.

11.30. A contratante poderá, a qualquer momento, solicitar o afastamento e substituição de qualquer dos representantes e/ou colaborador da contratada ou seus substitutos eventuais, se a permanência de quaisquer desses profissionais em tais funções, for julgada inconveniente aos interesses da contratante, justificando sempre a solicitação.

11.30.1. Na hipótese da contratante, mediante prévia justificativa, solicitar o afastamento de qualquer dos representantes e/ou colaborador da contratada, esta deverá providenciar prontamente a substituição dos mesmos por outros aceitos pela contratante.

11.30.2. Na hipótese da contratada necessitar substituir seus representantes e/ou colaboradores deverá informar o nome dos substitutos por escrito à contratante.

11.31. A contratada deverá, mensalmente, comunicar a contratante, qualquer substituição de colaboradores dos Aeroportos;

11.32. A contratada obriga-se a facilitar à contratante, todos os meios necessários à fiscalização dos serviços.

11.33. A contratada deverá fornecer toda a mão de obra necessária aos serviços objeto deste Termo, assumindo total responsabilidade pelo pagamento dos salários e demais direitos e vantagens de seus empregados, bem como pelo fiel cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor.

11.34. A contratada deverá manter todas as funções de chefia e administrativas exercidas presencialmente, como as de gerentes, coordenadores e encarregados, provendo seus substitutos em caso de afastamentos por tempo superior a 30 (trinta) dias corridos ou cumulativos, durante o ano, sendo proibido o acúmulo de funções por tempo superior ao citado.

- 11.35. Nenhum vínculo empregatício se estabelecerá entre os empregados da contratada ou de suas subcontratadas, com a contratante.
- 11.36. A contratada será responsável pelo correto comportamento e eficiência do pessoal sob sua direção.
- 11.37. A contratada e suas subcontratadas deverão fornecer todos os materiais, equipamentos e veículos necessários aos serviços objeto deste Termo, realizando o transporte dos equipamentos de sua propriedade a serem alocados aos serviços, sem ônus para a contratante.
- 11.38. A contratada poderá subcontratar serviços de terceiros com exceção dos serviços relativos à administração e operação dos aeroportos e controle dessa operação, sem que nenhum vínculo contratual se estabeleça entre a contratante e as subcontratadas.
- 11.39. A contratada será responsável pela disponibilização e operação durante todo o prazo do contrato de equipamentos, que a contratante não possuir, necessários à proteção da aviação civil contra atos de interferência ilícita, nas atividades de inspeção de passageiros, tripulantes, bagagem de mão e pessoal de serviço, de acordo com previsto no RBAC 107 – Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita – Operador de Aeródromo.
- 11.40. Correrão por conta exclusiva da contratada todos e quaisquer impostos, taxas e tributos relativos à prestação de serviços em vigor na data da apresentação da proposta, em razão dos serviços objeto deste Contrato, qualquer que seja a modalidade de sua incidência, inclusive o Imposto de Renda.
- 11.41. Obriga-se a contratada a manter-se perfeitamente em dia com o pagamento de todas as obrigações Fiscais, Sociais, Trabalhistas, inclusive com as contribuições Previdenciárias, bem como a exigir das eventuais subcontratadas rigorosas comprovações de idênticas quitações.
- 11.42. A contratada obriga-se a devolver os aeroportos a contratante, independentemente de Notificação Judicial ou Extrajudicial, após o término do prazo de contrato, obedecidos aos preceitos estabelecidos em Lei.
- 11.43. Identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da contratante.
- 11.44. Fornecer todos os equipamentos de proteção individual e coletivo – EPI e EPC necessários ao desenvolvimento das funções de seus empregados, conforme a legislação determina. O não fornecimento ensejará a aplicação das cominações contratuais vigentes.
- 11.45. Responsabilizar-se legal, administrativa, civil e criminalmente, pela ordeira execução do serviço contratado, inclusive por todos os atos e omissões que seus empregados cometerem nas áreas da contratante, indenizando a parte prejudicada, se for o caso.
- 11.46. Orientar seus empregados a manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato.
- 11.47. Assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.
- 11.48. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, durante a vigência do contrato.
- 11.49. Responsabilizar-se por quaisquer danos, materiais e pessoais, causados a terceiros, nas dependências dos sítios aeroportuários, decorrentes de imprudência, negligência e/ou imperícia de seus funcionários, colaboradores e subcontratados, durante a vigência do contrato.
- 11.50. Prestar informações e esclarecimentos à contratante que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.
- 11.51. Manter a área e edificações em perfeitas condições de conservação, de segurança, higiene, limpeza, Medicina do Trabalho e uso, arcando com as despesas para tanto necessárias e, ainda, garantindo o estrito cumprimento da legislação ambiental vigente.

- 11.52. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com este Termo.
- 11.53. Manter toda a área dos Aeroportos dotada de aparelhagem adequada à prevenção e extinção de incêndio e sinistro, mantendo igualmente o seu pessoal instruído quanto ao emprego eficaz dessa aparelhagem.
- 11.54. Responsabilizar-se pelos impactos ambientais decorrentes de ações das atividades regularmente desenvolvidas, arcando com todos os ônus resultantes.
- 11.55. Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 11.56. Contratar, quando da assinatura do Contrato, e manter em vigor durante toda a sua vigência, além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva cobertura dos seguintes riscos:
- a) Incêndio; e
 - b) Responsabilidade civil decorrente da prestação de serviços ao Estado e perante terceiros.
- 11.57. A empresa optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada (vencedora do certame) estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- 11.57.1. A empresa optante pelo Simples Nacional (vencedora do certame) deverá apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços, mediante disponibilização da mão de obra com dedicação exclusiva (situação que gera vedação a opção pelo regime tributário do Simples) à Receita Federal do Brasil (RFB), até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a vedação, conforme dispõe o art. 30, §1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006; e
- 11.57.2. No caso de não apresentação da cópia do ofício, no prazo estabelecido acima, o órgão licitante representará à Receita Federal do Brasil - RFB do domicílio tributário da empresa contratada, juntando a documentação pertinente, para fins de sua exclusão de ofício e aplicação das sanções previstas em Lei, se entender cabível.
- 11.58. Por requisição da contratante, acompanhar e conferir o combustível comercializado pela operadora dos PAA (Parque de Abastecimento de Aeronaves).
- 11.59. Por requisição da contratante, acompanhar e conferir a correta ocupação das áreas cedidas/concedidas às demais CONCESSIONÁRIAS.
- 11.60. Informar a contratante, por intermédio da SUPAE/SETUR, antecipadamente, caso a situação o permita, de qualquer alteração da operacionalidade dos aeroportos, via emissão de NOTAM ou informação semelhante, que venha a alterar as características físicas ou na prestação dos serviços contratados.
- 11.61. Efetuar as recargas dos extintores de incêndio dos aeroportos (prazos de validades, condição das cargas, etc).
- 11.62. Dar ciência, antecipadamente, à contratante de todo o conteúdo da documentação, planos, programas, manuais e demais documentos produzidos e/ou tramitados junto aos Órgãos da Aviação Civil e demais órgãos de controle e fiscalização.
- 11.63. Fornecer garantias de execução dos serviços de manutenção realizados pela contratada e/ou por empresas Terceirizadas.
- 11.64. A contratada deverá dar entrada no Protocolo da SETUR (contratante) das medições e demais documentos correlatos, como a apresentação de relatório discursivo e fotográfico contendo as ações de manutenção realizadas no período, dos serviços prestados e realizados em determinado mês, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente. Poderá esse prazo ser alterado pela

contratante que deverá, por sua vez, formalizar por escrito (documento e/ou e-mail) dos novos prazos e/ou datas.

11.65. A contratada deverá enviar, mensalmente, à contratante, até o 5º dia do mês subsequente, por e-mail, em formato de planilhas previamente definidas, a movimentação de passageiros (embarcados e desembarcados) e de aeronaves (decolagens e pousos).

11.66. Acompanhar e supervisionar obras e serviços realizados nos aeroportos, comunicando à contratante quanto a irregularidades da empresa executora, de qualquer monta, estando a contratada autorizada a intervir caso julgue haver riscos à segurança operacional, ao patrimônio e, principalmente, à integridade física de pessoas;

11.67. Zelar e se responsabilizar pelos equipamentos da SCI e pelos CCI;

11.68. Emitir, para empresas, aeronaves estrangeiras ou quando a situação o fizer necessária, Documento de Arrecadação Estadual (DAE) para o pagamento de taxas aeroportuárias.

11.68.1. Coordenar com a contratante, situações adversas ou inopinados relacionadas com a emissão e o pagamento de DAE; e

11.68.2. Somente permitir as operações de embarque de passageiros e decolagem de aeronaves de matrícula internacional, que tenham apresentado o pagamento do DAE correspondente às tarifas e/ou taxas aeroportuárias.

11.69. Realizar o auto monitoramento – RAMA (Relatório de Auto monitoramento Ambiental) – e as análises de efluentes líquidos tratados dos aeroportos, conforme periodicidade requisitada pelos Órgãos Ambientais.

11.70. Deverá realizar campanhas de Cata FOD, no mínimo, semanais no Pátio de Estacionamento de aeronaves, quinzenais nas TWY, mensais nas Cabeceiras e semestrais em toda a extensão da PPD.

11.71. Pane e/ou defeito em equipamento: deverá a contratante ser comunicada de imediato em caso de fato que venha a afetar a operacionalidade dos Aeroportos.

11.72. Substituições de equipamentos entre aeroportos: somente será autorizada a troca de equipamentos semelhantes entre aeroportos após a comunicação e autorização da contratante.

11.73. Prazos para restabelecimento da capacidade plena do aeroporto, em caso de pane em equipamentos:

11.73.1. Equipamentos essenciais à manutenção da capacidade operacional plena e cuja ausência influencie decisivamente na segurança da aviação: 24h;

11.73.2. Equipamentos essenciais à manutenção da capacidade operacional plena, cuja ausência não influencie na segurança da aviação: 48h;

11.73.3. Outros equipamentos: 72h; e

11.73.4. Casos tais prazos não possam ser cumpridos, deverá a contratada coordenar, previamente, com a contratante a dilatação de prazo.

11.74. Caso a contratante solicite a execução de qualquer serviço de manutenção à contratada, deverá essa dar início ao serviço em no máximo 30 (trinta) dias.

11.75. A contratada deverá comunicar a contratante sobre a realização de cursos de reciclagem, realizados na sede dos aeroportos.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

Qualificação técnico-operacional

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

12.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.5. Para fins da comprovação de que trata o subitem 12.4, os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto:

12.5.1. Para o Grupo I (SBJE e SBAC):

- a) Execução do serviço de Manutenção de Auxílios Visuais;
- b) Execução do serviço de Operação de Canal de Inspeção em Aeroporto Classe I Certificado [RBAC 153 – operação de voos regulares com movimentação até 200.000 (duzentos mil) passageiros];
- c) Execução do serviço de Operação de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo (EPTA) Cat “A” ou superior em Aeroporto Classe I Certificado [RBAC 153 – operação de voos regulares com movimentação até 200.000 (duzentos mil) passageiros];
- d) Execução do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio (SESCINC) Categoria 5 ou superior em Aeroporto Classe I Certificado [RBAC 153 – operação de voos regulares com movimentação até 200.000 (duzentos mil) passageiros].

12.5.2. Para o Grupo II (SN6L, SNWC, SWBE, SNWS, SDZG, SNCS, SNIG e SNQX):

- a) Execução do serviço de Manutenção de Auxílios Visuais;
- b) Execução do serviço de Operação de Aeroporto Classe I;

12.6. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, serão admitidos o somatório de diferentes atestados executados, inclusive concomitantes.

12.7. As empresas consorciadas deverão observar o disposto no subitem 9.5.7 do edital.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

12.8. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.8.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.8.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.8.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.8.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.10. Os documentos enumerados no subitem 12.8, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.8.3, 12.8.4 e 12.8.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.11. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Habilitação econômico-financeira

12.13. A habilitação econômico-financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.13.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.13.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira **mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos**: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

12.13.2. As empresas consorciadas deverão observar o disposto no subitem 9.5.7, do edital.

12.13.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

12.13.3.1. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício conforme dispõe o art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021.

12.13.3.2. Tratando-se de pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal.

12.13.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **superiores a 1,00 (um vírgula zero)**, comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

12.13.4.1. Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

12.13.4.2. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); e

12.13.4.3. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

12.13.5. Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

12.13.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

12.13.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

12.13.8. Para empresas consorciadas, a habilitação econômico-financeira, levará em conta o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

13.2.1. Gestão/Unidade: 36200001 – FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ – FUNDETUR;

13.2.2. Fonte de Recursos: 500 – 501 – TESOURO DO ESTADO; 759 – RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS;

13.2.3. Programa de Trabalho: 261 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA;

13.2.4. Elemento de Despesa: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I.1. ABREVIATURAS

ANEXO I.2. TERMOS E DEFINIÇÕES

ANEXO I.3. NORMAS E REGULAMENTOS DE ORIENTAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

ANEXO I.4. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ANEXO I.1. – ABREVIATURAS

- AIS (Aeronautical Information Service) - Serviço de Informações Aeronáuticas;
- ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil;
- CAT - Categoria Contra incêndio de Aeródromo;
- CCI - Carro Contra incêndio de Aeródromo;
- COMAER - Comando da Aeronáutica;
- CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;
- DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo;
- IAC - Instrução de Aviação Civil;
- MGSO - Manual de Gerenciamento da Segurança Operacional;
- MCA - Manual do Comando da Aeronáutica;
- NOTAM (Notice to Airman) - Aviso aos Aeronavegantes;
- PAA - Parque de Abastecimento de Aeronaves;
- PCINC - Plano Contra incêndio de Aeródromo;
- PLEM - Plano de Emergência em Aeródromo;
- PRAI - Plano de Remoção de Aeronaves Inoperantes e Desinterdição de Pista;
- PSAC - Provedor de Serviço de Aviação Civil;
- PSOE/ANAC - Programa de Segurança Operacional Específico da ANAC;
- RBAC - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil;
- RESA (Runway End Safety Area) - Área de Segurança de Fim de Pista;
- SCI - Seção Contra incêndio de Aeródromo;
- SESCINC - Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis;
- SGSO - Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional;
- SOCMS - Sistema de Orientação e Controle da Movimentação no Solo;
- SPDA - Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas;

ANEXO I.2 – TERMOS E DEFINIÇÕES

Para efeito deste instrumento aplicam-se os termos e as definições estabelecidos a seguir.

- 1 Área de movimento significa a parte do aeródromo a ser utilizada para decolagem, pouso e táxi de aeronaves, consistindo na soma da área de manobras e do pátio de aeronaves.
- 2 Área operacional, também denominada “lado ar”, significa o conjunto formado pela área de movimento de um aeródromo e terrenos e edificações adjacentes, ou parte delas, cujo acesso é controlado.
- 3 Auxílios visuais significa os dispositivos destinados a auxiliar a navegação aérea, tais como indicadores e dispositivos de sinalização horizontal e vertical, luzes e balizas.
- 4 Características operacionais significa as características referentes ao tipo de operação realizada no aeródromo.
- 5 Carro Contra incêndio de Aeródromo (CCI) significa o veículo projetado especificamente para cumprir as missões de resgate, salvamento e combate a incêndio em aeronaves.
- 6 Eventos de Segurança Operacional (ESO) significa acidentes, incidentes graves, incidentes, ocorrências de solo, ocorrências anormais ou qualquer situação de risco que cause ou tenha o potencial de causar dano, lesão ou ameaça à viabilidade da operação aeroportuária ou aérea.
- 7 Intervenção imediata significa o procedimento adotado pelo SESCINC para atendimento às aeronaves na Condição de Socorro, requerendo intervenção imediata no local do acidente aeronáutico.
- 8 Manual de Gerenciamento da Segurança Operacional (MGSO) significa o documento, ou o conjunto de documentos, elaborado pelo operador de aeródromo, que consolida a política, objetivos, procedimentos, metodologias e demais requisitos adotados para garantia da segurança operacional.
- 9 Manutenção corretiva em aeródromos significa a manutenção efetuada após a ocorrência de uma pane, constatação de defeito ou de não-conformidade a requisito, sendo destinada a recolocar um item ou um conjunto de itens em condições de executar a função dele requerida.
- 10 Manutenção preventiva em aeródromos significa a manutenção efetuada em intervalos pré-determinados, de acordo com critérios definidos previamente, sendo destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um item ou de um conjunto de itens.
- 11 Movimento de aeronave significa o termo genérico utilizado para caracterizar um pouso, uma decolagem ou um toque e arremetida de aeronaves no aeródromo.
- 12 Nível Aceitável de Desempenho da Segurança Operacional (NADSO) significa uma referência mensurável para medir o desempenho de segurança operacional de um operador de aeródromo, proposto em seu SGSO como parte de seus objetivos de segurança operacional, e que deve ser aceito pela ANAC.
- 13 Operador de aeródromo ou operador aeroportuário significa a pessoa jurídica que tenha recebido, por órgão competente, a outorga de exploração da infraestrutura aeroportuária.
- 14 Pátio de Aeronaves significa a área definida em um aeródromo em terra com o propósito de acomodar aeronaves para fins de embarque e desembarque de passageiros, carregamento ou descarregamento de cargas, correio, reabastecimento de combustível, estacionamento ou manutenção.
- 15 Plano Contra incêndio de Aeródromo (PCINC) significa o documento que estabelece os procedimentos operacionais a serem adotados pelo SESCINC para os atendimentos às emergências ocorridas na sua área de atuação.

- 16 Plano de Emergência em Aeródromo (PLEM) significa o documento que estabelece as responsabilidades dos órgãos, entidades ou profissionais que possam ser acionados para o atendimento às emergências ocorridas no aeródromo ou em seu entorno.
- 17 Recursos contra incêndio significa os meios existentes no aeródromo referentes aos agentes extintores, carros contra incêndio e pessoal habilitado ao desempenho das atividades operacionais de salvamento e combate a incêndio em aeródromos.
- 18 Seção Contra incêndio de Aeródromo (SCI) significa o conjunto de dependências e instalações projetadas para servir de centro administrativo e operacional das atividades do SESCINC.
- 19 Segurança operacional significa o estado no qual o risco de lesões a pessoas ou danos a bens se reduz ou se mantém em um nível aceitável, ou abaixo deste, por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gestão de riscos.
- 20 Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio (SESCINC) significa o serviço composto pelo conjunto de atividades administrativas e operacionais desenvolvidas em proveito da segurança contra incêndio do aeródromo, cuja principal finalidade é o salvamento de vidas por meio da utilização dos recursos humanos e materiais disponibilizados.
- 21 Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) significa um conjunto de ferramentas gerenciais e métodos organizados de forma sistêmica para apoiar as decisões a serem tomadas por um provedor de serviço da aviação civil em relação ao risco de suas atividades diárias.
- 22 Sistema de Orientação e Controle da Movimentação no Solo (SOCMS) significa um sistema composto de auxílios e informações, que permitem aos motoristas e pilotos identificar suas rotas e locais de atuação, e de medidas para garantir em qualquer parte da área de movimento do aeródromo um fluxo ordenado e seguro para o tráfego de veículos e aeronaves em solo.
- 23 Sistema de Resposta à Emergência Aeroportuária (SREA) significa um conjunto de recursos internos e externos ao aeródromo, com responsabilidades e procedimentos próprios, que em coordenação deve responder eficientemente a emergências aeroportuárias, visando o salvamento de vidas, bem como à mitigação de danos materiais, e garantindo ao aeródromo retorno eficaz às suas operações.

ANEXO I.3 – NORMAS E REGULAMENTOS DE ORIENTAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A empresa ou consórcio deverão observar as normas e regulamentos de orientação às funções específicas para a manutenção da segurança e qualidade nas operações aeroportuárias como empresa operadora de aeródromo, não se limitando ao que segue adiante explicitado:

INFRAESTRUTURA DE AERÓDROMOS

- a) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 153 (RBAC nº 153) emenda 09. Título: Aeródromos – Operação, Manutenção e Resposta a Emergência.
- b) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 154 (RBAC nº 154) emenda 08. Título: Projetos de Aeródromos.
- c) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - RESOLUÇÃO nº 279, de 10 de julho de 2013. Título: Estabelece critérios regulatórios quanto à implantação, operação e manutenção do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC). (Alterada pela Resolução nº 382, de 14 de junho de 2016; pela Resolução nº 455, de 20 de dezembro de 2017 e pela Resolução nº 517, de 14 de maio de 2019).
- d) ANEXO 14, da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI, 9ª edição, de julho de 2022. Título: Aeródromos.

SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL CONTRA ATOS DE INTERFERÊNCIA ILÍCITA

- a) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 107 (RBAC nº 107) emenda 10. Título: Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita – Operador de Aeródromo.
- b) Instrução Suplementar - IS nº 107 - ANAC. Título: Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita – Operador de Aeródromo. Esta Instrução Suplementar disponibiliza modelo de programa de segurança aeroportuária que atende aos requisitos contidos nas seções 107.211 a 107.217 do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 107 e descreve a combinação de recursos organizacionais, materiais, humanos e procedimentais aceitos pela ANAC para fins de demonstração do cumprimento dos demais requisitos do RBAC nº 107 por parte dos operadores de aeródromo.
- c) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 108 (RBAC nº 108) emenda 08. Título: Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita – Operador Aéreo.
- d) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - RESOLUÇÃO nº 400, de 13 de dezembro de 2016. Título: Dispõe sobre as Condições Gerais de Transporte Aéreo. (Alterada pela Resolução nº 434, de 27 de junho de 2017 e pela Resolução nº 692, de 21 de setembro de 2022).
- e) ANEXO 17, da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI, 12ª edição, de julho de 2022. Título: Segurança da Aviação Civil Internacional Contra os Atos de Interferência Ilícitas.
- f) Decreto Federal nº 11.195, de 8 de setembro de 2022. Título: Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC).
- g) Lei Federal nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. Título: Código Brasileiro de Aeronáutica.

SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL – SAFETY (SEGURANÇA OPERACIONAL)



- a) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 161 (RBAC nº 161) emenda 04. Título: Planos de Zoneamento de Ruído de Aeródromos - PZR.
- b) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - RESOLUÇÃO nº 106, de 30 de junho de 2009. Título: Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional para os Pequenos Provedores de Serviço da Aviação Civil - SGSO/PP-SAC. (Alterada pela Resolução nº 234, de 30 de maio de 2012, Resolução nº 240, de 26 de junho de 2012, Resolução nº 512, de 11 de abril de 2019, Resolução nº 514, de 25 de abril de 2019).
- c) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - RESOLUÇÃO nº 240, de 26 de junho de 2012. Título: Aprova o RBAC Nº 153 e a Emenda nº 01 ao RBAC nº 139 e altera a Resolução nº 106, de 30 de junho de 2009.
- d) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - RESOLUÇÃO nº 382, de 14 de junho de 2016. Título: Aprova a Emenda nº 01 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 153, altera as Resoluções nº 25, de 25 de abril de 2008, e 279, de 10 de julho de 2013, e revoga as Resoluções nº 234, de 30 de maio de 2012, e 236, de 5 de junho de 2012.

PROTEÇÃO AO VOO

- a) Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA – Manual do Comando da Aeronáutica nº 102-7 (MCA 102-7). Título: Manual do Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica.
- b) Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA – Instrução do Comando da Aeronáutica nº 11-408 (ICA 11-408). Título: Restrições aos Objetos Projetados no Espaço Aéreo que Possam Afetar Adversamente a Segurança ou a Regularidade das Operações Aéreas.
- c) Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA – Instrução do Comando da Aeronáutica nº 53-3 (ICA 53-3). Título: Gestão do Profissional AIS.
- d) Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA – Instrução do Comando da Aeronáutica nº 63-10 (ICA 63-10). Título: Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA.
- e) Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA – Instrução do Comando da Aeronáutica nº 63-31 (ICA 63-31). Título: Licenças de Pessoal da Navegação Aérea.
- f) Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA – Instrução do Comando da Aeronáutica nº 66-23 (ICA 66-23). Título: Licenças e Certificados de Habilitação Técnica para o pessoal Técnico do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.
- g) Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA – Instrução do Comando da Aeronáutica nº 100-18 (ICA 100-18). Título: Habilitação Técnica para Controladores de Tráfego Aéreo.
- h) Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA – Instrução do Comando da Aeronáutica nº 102-7 (ICA 102-7). Título: Habilitação Técnica para Operador de Telecomunicações.
- i) Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA – Instrução do Comando da Aeronáutica nº 105-14 (ICA 105-14). Título: Qualificação e Estágio Supervisionado do Pessoal de Meteorologia Aeronáutica.

Em qualquer caso o Licitante/Contratada deve considerar e atender as exigências vigentes na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e/ou no Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) ou na legislação vigente.

ANEXO I. 4. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como finalidade apresentar, fundamentar e demonstrar a necessidade de contratação de empresa/consórcio para prestação dos serviços auxiliares à operação, administração, manutenção e conservação dos aeroportos regionais do Estado do Ceará, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

Área Requisitante: Superintendência de Aeroportos – SUPAE/SETUR

1.1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.2. Contexto Institucional e Delegações Aeroportuárias

O Governo do Estado do Ceará, por meio de delegações outorgadas pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, detém a responsabilidade pela administração, operação, manutenção e conservação de dez aeroportos regionais em território cearense, incluindo os Aeroportos Regionais de Jericoacoara – Comandante Ariston Pessoa (SBJE) e Canoa Quebrada – Dragão do Mar (SBAC).

A Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR), por meio da Superintendência de Aeroportos (SUPAE), é o órgão responsável pela gestão desses aeroportos, conforme atribuições estabelecidas na estrutura organizacional do Estado. A SETUR tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável do turismo cearense, melhorar a mobilidade populacional, fomentar a conectividade aérea e eliminar gargalos de infraestrutura que comprometem o desenvolvimento socioeconômico regional.

1.3. Contratos Vigentes

Atualmente estão vigentes os Contratos 081/2025 e 083/2025 que tem como objeto os dez aeroportos estaduais. Esses contratos são emergenciais com vigência de 01(um) ano onde não é admitida a prorrogação do contrato nem a recontratação de empresa já contratada.

Diante desse cenário, a realização de processo licitatório para nova contratação é medida urgente e imprescindível.

1.3.1. Contrato SETUR 081/2025

Objeto: Serviços auxiliares de administração, operação, conservação e manutenção dos aeroportos regionais de Sobral, Camocim, São Benedito, Crateús, Tauá, Campos Sales, Iguatu e Quixadá.

Fundamentação Legal: Dispensa de Licitação nº 002/2025, com base no art. 75, inciso VIII e §6º da Lei nº 14.133/2021 (contratação emergencial).

Vigência: 01 (um) ano, contado da data da emergência (22/04/2025), com término previsto em 21/04/2026.

Valor: R\$ 9.772.962,36 anuais (R\$ 814.413,53 mensais).

Características do Contrato: Caráter emergencial, não admitindo prorrogação ou recontratação da mesma empresa; Transferência de titularidade da SOP para a SETUR a partir de 1º de outubro de 2025, conforme Primeiro Termo Aditivo; Prazo máximo de vigência até 21/04/2026, impossibilitando extensão contratual.

1.3.2. Contrato SETUR 083/2025

Objeto: Serviços auxiliares de administração, operação, conservação e manutenção dos aeroportos regionais de Jericoacoara (SBJE) e Canoa Quebrada (SBAC).

Fundamentação Legal: Dispensa de Licitação nº 003/2025, com base no art. 75, inciso VIII e §6º da Lei nº 14.133/2021 (contratação emergencial).

Vigência: 01 (um) ano, contado da data da emergência (29/04/2025), com término previsto em 28/04/2026.

Valor: R\$ 12.178.576,32 anuais (R\$ 1.014.881,35 mensais).



Características do Contrato: Caráter emergencial, não admitindo prorrogação conforme art. 75, inciso VIII e §6º da Lei nº 14.133/2021; Transferência de titularidade da SOP para a SETUR a partir de 1º de outubro de 2025, conforme Primeiro Termo Aditivo; Prazo máximo de vigência até 28/04/2026, impossibilitando extensão contratual.

1.4. Importância Estratégica dos Aeroportos

Os dez aeroportos regionais objeto desta contratação desempenham papel estratégico fundamental no desenvolvimento turístico e econômico do Estado do Ceará, proporcionando conectividade aérea a regiões de grande potencial turístico e econômico.

Os aeroportos estaduais são divididos segundo a seguinte classificação:

- **Aeroporto Certificado:** é aquele que recebeu, da autoridade de aviação civil competente, ANAC, um certificado formal atestando que sua infraestrutura, sistemas, equipamentos, pessoal e procedimentos operacionais atendem aos requisitos técnicos e de segurança exigidos pela regulamentação vigente, estando apto a receber voos regulares (comerciais);
- **Aeroporto Não Certificado:** é aquele que não recebeu um certificado formal não estando apto a receber voos regulares.

1.4.1. Aeroportos Certificados

- **Aeroporto Regional de Jericoacoara (SBJE):**

O Aeroporto de Jericoacoara, inaugurado em 2017, consolidou-se como o principal aeroporto regional do Estado do Ceará em termos de movimentação de passageiros. Localizado estrategicamente no município de Cruz, o equipamento proporciona acesso rápido e confortável à Vila de Jericoacoara, destino turístico de renome internacional, além de outras praias do Litoral Norte cearense.

Em 2022, o SBJE registrou movimentação recorde de 310.000 passageiros, representando o melhor desempenho desde sua inauguração. (No ano de 2025, a movimentação registrada no aeroporto foi de 265.000 passageiros.) O equipamento opera regularmente com voos comerciais das companhias aéreas Azul, Gol e Latam, com conexões para os aeroportos de Guarulhos (SP), Confins (MG), Parnaíba (PI) e Fortaleza (CE), além de receber significativo volume de voos da aviação geral (aeronaves particulares).

Durante a alta temporada turística, especialmente nos meses de julho, dezembro e janeiro, o aeroporto registra incrementos superiores a 30% no fluxo de passageiros, evidenciando sua relevância para o turismo regional.

- **Aeroporto Regional de Canoa Quebrada (SBAC):**

O Aeroporto de Canoa Quebrada, localizado no município de Aracati, atende à região do Litoral Leste do Ceará, proporcionando acesso facilitado à praia de Canoa Quebrada e demais destinos turísticos da região. Em 2022, o SBAC registrou movimentação de 3.304 passageiros, com operações regulares e voos da aviação geral.

Embora apresente volume de passageiros inferior ao SBJE, o SBAC possui grande potencial de crescimento, considerando o desenvolvimento turístico da região e a demanda por conectividade aérea regional.

1.4.2. Aeroportos Não Certificados

Os oito aeroportos não certificados – Sobral (SN6L), Camocim (SNWC), São Benedito (SWBE), Crateús (SNWS), Tauá (SDZG), Campos Sales (SNCS), Iguatu (SNIG) e Quixadá (SNQX) – atendem principalmente à aviação geral, executiva e operações governamentais, proporcionando conectividade aérea a regiões do interior do Estado.

Esses aeroportos desempenham papel fundamental na integração regional, facilitando o acesso a serviços de saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento econômico local. Embora não

operem voos comerciais regulares, são essenciais para operações de emergência médica, transporte de autoridades, fiscalização ambiental e apoio a atividades econômicas regionais.

1.5. Diagnóstico do Problema: Ausência de Capacidade Técnica Interna

A operação, administração, manutenção e conservação de aeroportos constituem atividades altamente especializadas, sujeitas a rigorosa regulamentação técnica e operacional por parte da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

O Estado do Ceará, por meio da SETUR, não dispõe em seu quadro funcional de servidores devidamente capacitados e certificados para atender aos requisitos técnicos, operacionais e regulatórios exigidos para a gestão aeroportuária. A operação de aeroportos demanda profissionais com certificações específicas, treinamentos especializados e experiência comprovada em áreas como:

- Segurança operacional (Safety) e gerenciamento de riscos (SGSO – Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional);
- Segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita (Security/AVSEC);
- Serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndio em aeródromos (SESCINC);
- Operação e administração de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA);
- Manutenção de auxílios visuais e luminosos à navegação aérea;
- Gestão de sistemas críticos de infraestrutura aeroportuária;
- Elaboração e atualização de manuais operacionais e planos de emergência.

A ausência de corpo técnico especializado no quadro de servidores estaduais torna imprescindível a contratação de empresa especializada para garantir a continuidade, regularidade, segurança e qualidade das operações aeroportuárias.

1.6. Necessidade de Conformidade Regulatória

A operação de aeroportos no Brasil é fortemente regulada por normas técnicas e operacionais estabelecidas pela ANAC e pelo DECEA, incluindo:

- Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil (RBAC): RBAC nº 107 (Segurança da Aviação Civil), RBAC nº 153 (Aeródromos – Operação, Manutenção e Resposta à Emergência), RBAC nº 154 (Projetos de Aeródromos);
- Resoluções ANAC: Resolução nº 279/2013 (SESCINC), alterada pelas Resoluções nº 382/2016, 455/2017 e 517/2019;
- Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA): ICA 63-10 (EPTA), ICA 102-7, ICA 66-23;
- Anexo 14 da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI): 9ª edição, julho/2022.

A inobservância dessas normas pode acarretar graves consequências, incluindo:

- Sanções administrativas e multas aplicadas pela ANAC;
- Suspensão de operações de pouso e decolagem;
- Interdição ou fechamento temporário dos aeroportos;
- Comprometimento da segurança operacional e da aviação civil;
- Prejuízos econômicos significativos ao turismo e à economia regional;
- Responsabilização civil e criminal dos gestores públicos.

1.7. Necessidade de Continuidade dos Serviços Públicos Essenciais

Os serviços de transporte aéreo constituem serviços públicos essenciais, cuja interrupção ou degradação causaria prejuízos significativos à população, ao turismo e à economia do Estado do Ceará. A paralisação das operações aeroportuárias resultaria em:

- Isolamento de regiões turísticas estratégicas;
- Cancelamento de voos e prejuízos a passageiros;
- Perda de competitividade turística do Estado;
- Impactos negativos na cadeia produtiva do turismo (hotéis, restaurantes, agências de viagem, transporte terrestre);
- Redução de arrecadação tributária estadual e municipal.

Portanto, a contratação de empresa especializada é medida urgente e necessária para garantir a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços aeroportuários, evitando a interrupção das operações e assegurando o cumprimento das obrigações delegadas ao Estado do Ceará pela União.

1.8. Justificativa da Necessidade Pública

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar justifica-se pelos seguintes fundamentos:

- a. Ausência de capacidade técnica interna: O Estado do Ceará não possui servidores capacitados e certificados para operar aeroportos conforme exigências regulatórias da ANAC e DECEA;
- b. Conformidade regulatória: A operação aeroportuária exige cumprimento rigoroso de normas técnicas e operacionais, sob pena de sanções e interdição dos aeroportos, conforme descrito no item 1.5;
- c. Continuidade do serviço público essencial: A interrupção das operações aeroportuárias causaria prejuízos significativos à população e à economia estadual;
- d. Segurança operacional: A gestão aeroportuária especializada garante a segurança de passageiros, tripulações e operações aéreas.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.1. Parâmetros para Mapeamento de Requisitos

A definição dos requisitos da contratação baseou-se nos seguintes parâmetros:

1. Regulamentação técnica e operacional: Normas da ANAC (RBAC 107, 153, 154, Resolução 279/2013) e DECEA (ICA 63-10, 102-7, 66-23);
2. Especificidades dos aeroportos: Características operacionais, infraestrutura existente, volume de passageiros, tipos de operações (aviação regular e geral);
3. Necessidades operacionais: Serviços de administração, operação, manutenção preventiva e corretiva, conservação de edificações e equipamentos;
4. Requisitos de segurança: Safety (segurança operacional), Security (segurança contra atos ilícitos), SGSO (Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional);
5. Qualificação técnica: Certificações, treinamentos e experiência comprovada da contratada e de seus colaboradores;
6. Continuidade operacional: Disponibilidade 24 horas por dia, 7 dias por semana, para serviços operacionais críticos.

2.2. Requisitos Técnicos da Contratação

A contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

2.2.1. Capacidade Técnica Operacional

- Experiência comprovada na gestão, operação e manutenção de aeroportos;
- Conhecimento técnico das normas ANAC e DECEA;
- Capacidade de implementação e manutenção de Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO);
- Expertise em operação de sistemas críticos aeroportuários (SESCINC, AVSEC, auxílios à navegação).

2.2.2. Qualificação de Pessoal

A contratada deverá disponibilizar profissionais devidamente qualificados e certificados, conforme exigências regulatórias:

- RBAC nº 107: Certificação em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita;
- RBAC nº 153: Certificação em Operação, Manutenção e Resposta à Emergência em Aeródromos;
- Resolução ANAC nº 279/2013: Certificação para operação de SESCINC (Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio);
- ICA 63-10: Normas e Procedimentos para Autorização, Implantação, Homologação, Ativação, Operação, Fiscalização, Controle e Desativação de Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) Certificações do DECEA para operação de sistemas de telecomunicações e tráfego aéreo;
- ICA 102-7 e ICA 66-23: Habilitação Técnica para Operador de Telecomunicações. Certificado de Habilitação Técnica (CHT): Válido, emitido pelo DECEA, para operação de EPTA.

Todos os colaboradores deverão ser contratados pela vencedora da licitação sob regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), sem vínculo com a Administração Pública.

2.2.3. Infraestrutura e Recursos Materiais

A contratada será responsável por disponibilizar:

- Veículos operacionais (veículos de inspeção, ambulância apenas para SBJE conforme item 153.309 do RBAC 153 emd 08 Classe II Certop);
- Equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC);
- Materiais e insumos para manutenção preventiva e corretiva;
- Sistemas de telecomunicações e tecnologia da informação;
- Ferramentas e equipamentos especializados para manutenção aeroportuária.

2.2.4. Conformidade Legal e Regulatória

A contratada deverá:

- Cumprir integralmente as normas da ANAC, DECEA e demais órgãos reguladores;
- Elaborar, implementar e manter atualizados os seguintes manuais e planos operacionais:

1.1. MGSO – Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional;

1.2. MOPS – Manual de Operações do Aeródromo;

1.3. PSA – Programa de Segurança Aeroportuária;

- 1.4. PBZPA – Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo;
- 1.5. PZPANA – Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea;
- 1.6. PBZR – Plano Básico de Zona de Ruído;
- 1.7. IPF – Instrução de Proteção ao Voo;
- 1.8. PGRF – Plano de Gerenciamento de Risco de Fauna;
- 1.9. PLEM – Plano de Emergência Aeroportuária;
- 1.10. PCINC – Plano de Prevenção e Combate a Incêndio.

2.3. Requisitos Operacionais

2.3.1. Dimensionamento de Serviços

Os serviços deverão ser dimensionados considerando:

- Movimentação de passageiros: SBJE entre 200.000 e 1.000.000 passageiros/ano; SBAC até 200.000 passageiros/ano, os demais até 5.000 passageiros/ano;
- Classificação aeroportuária: SBJE Classe II certificado – RBAC 153 e SBAC Classe I certificado – RBAC 153;
- Categoria SESCINC: CAT 7 para SBJE (somente em voos comerciais); SBAC e os demais não contarão com SESCINC;
- Categoria EPTA: Categoria “A” (ICA 63-10) para SBJE e SBAC.

2.3.2. Horários de Operação

- Administração Aeroportuária (ADM): Segunda a sábado, horário comercial, exceto feriados;
- Operação Aeroportuária (OPE): 24 horas por dia, 7 dias por semana, ininterrupta, inclusive feriados. As operações que ocorrerem de 18h às 8h deverão ser coordenadas antecipadamente;
- Manutenção Emergencial (MNT): 24 horas por dia, 7 dias por semana, ininterrupta;
- Manutenção Preventiva e Conservação: Segunda a sábado, horário comercial, exceto feriados.

2.3.3. Prazos de Restabelecimento de Capacidade

Em caso de pane ou falha em equipamentos, a contratada deverá restabelecer a capacidade operacional nos seguintes prazos:

- Equipamentos essenciais com impacto direto na segurança operacional: 24 horas;
- Equipamentos essenciais sem impacto direto na segurança operacional: 48 horas;
- Demais equipamentos: 72 horas.

2.4. Requisitos de Qualidade e Desempenho

A contratada deverá:

- Operar os aeroportos dentro dos padrões de segurança (Safety) e proteção (Security) estabelecidos pela ANAC e DECEA;
- Manter padrões de excelência no Sistema de Facilitação;
- Garantir a satisfação dos usuários do transporte aéreo;
- Realizar manutenção preventiva e corretiva de forma tempestiva;
- Manter controles e registros operacionais sempre atualizados e disponíveis para fiscalização;
- Enviar mensalmente à SETUR relatórios de movimentação de passageiros e aeronaves até o 5º dia útil do mês subsequente.

2.5. Conformidade Legal da Contratação

A contratação está em conformidade com:

- Lei Federal nº 14.133/2021: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Federal nº 7.565/1986: Código Brasileiro de Aeronáutica;
- Regulamentos e Resoluções da ANAC: RBAC 107, 153, 154, Resolução 279/2013;
- Instruções do DECEA: ICA 63-10, 102-7, 66-23;
- Anexo 14 da OACI: Normas internacionais de operação aeroportuária.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Metodologia de Levantamento de Mercado

Considerando a urgência da contratação e a ausência de atas de registro de preços ou tabelas oficiais para orçamentação de serviços aeroportuários especializados, a SETUR realizou levantamento de mercado por meio das seguintes fontes:

- a. Consulta a empresas privadas especializadas: Foram consultadas empresas com expertise comprovada em gestão aeroportuária, operação de aeroportos regionais e prestação de serviços auxiliares aeroportuários;
- b. Análise de cotações de licitações anteriores: Foram analisadas cotações obtidas durante licitação emergencial realizada em março de 2025 para contratação de serviços similares;
- c. Estudo de processos de contratações semelhantes: Foram estudados processos licitatórios de outros órgãos estaduais e municipais para contratação de serviços de gestão aeroportuária;
- d. Análise de custos operacionais: Foram considerados os custos de insumos, mão de obra especializada, equipamentos, materiais, treinamentos e certificações exigidas pela regulamentação.

3.2. Análise Comparativa de Soluções

Para a escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade pública, foram analisadas quatro alternativas de contratação:

3.2.1. Solução 1: Execução Direta pelo Governo Estadual

Descrição:

Utilização de servidores públicos da administração direta estadual ou atribuição das obrigações a entidade da administração indireta (autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista) capaz de executar os serviços de operação, administração, manutenção e conservação dos aeroportos.

Análise Crítica:

Esta solução se mostra inviável pelos seguintes motivos:

- Ausência de servidores capacitados: A SETUR não possui em seu quadro funcional servidores com as certificações e qualificações técnicas exigidas pela ANAC e DECEA para operação aeroportuária;
- Inexistência de entidade especializada: Não há na administração indireta estadual entidade com expertise e estrutura para gestão aeroportuária;
- Exiguidade de tempo: Não há tempo hábil para realização de concurso público ou processo seletivo para contratação de pessoal especializado;
- Custos de estruturação: A criação de estrutura interna demandaria investimentos significativos em contratação, treinamento, certificação e aquisição de equipamentos, com prazo de implementação incompatível com a urgência da necessidade;

- Ineficiência operacional: A falta de experiência e expertise em gestão aeroportuária resultaria em ineficiência operacional, riscos à segurança e possíveis sanções regulatórias.

Conclusão: Solução **INVIÁVEL** técnica e operacionalmente.

3.2.2. Solução 2: Concessão ou Parceria Público-Privada (PPP) de Longo Prazo realizada pelo Estado do Ceará

Descrição:

Modalidade de subdelegação de serviço público por meio de concessão comum ou concessão patrocinada/administrativa (PPP), com prazo de 20 a 35 anos, voltada para situações que exigem vultosos investimentos em infraestrutura por parte do concessionário. O concessionário seria remunerado por meio de tarifas aeroportuárias e receitas não-tarifárias (comerciais), assumindo os riscos do negócio e realizando investimentos em ampliação, modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária.

Análise Crítica:

Esta solução se mostra inadequada para o caso concreto pelos seguintes motivos:

- Prazo insuficiente para modelagem: A estruturação de uma concessão ou PPP de longo prazo demanda estudos técnicos, econômico-financeiros, jurídicos e ambientais complexos, com prazo de elaboração incompatível com a urgência da contratação;
- Objetivo da contratação: Busca-se apenas a prestação de serviços de gestão, operação, manutenção e conservação, sem necessidade de grandes investimentos em expansão de capacidade;
- Complexidade regulatória: Concessões de longo prazo exigem aprovação de estudos de viabilidade, audiências públicas, aprovação de agências reguladoras e órgãos de controle, com tramitação demorada;
- Risco de descontinuidade: A demora na estruturação de uma concessão de longo prazo resultaria na interrupção das operações aeroportuárias, com prejuízos à população e à economia.
- Aeroportos deficitários: À exceção de SBJE, os demais aeroportos apresentam resultado operacional deficitário, uma vez que a arrecadação proveniente das tarifas aeronáuticas e das receitas não aeronáuticas não é suficiente para cobrir integralmente os custos do aeroporto.

Conclusão: Solução **INADEQUADA** para o contexto e prazo da necessidade.

3.2.3. Solução 3: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Gestão Aeroportuária (Empreitada por Preço Global)

Descrição:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços auxiliares à operação, administração, manutenção e conservação dos aeroportos, por meio de empreitada por preço global. A contratada assume a responsabilidade integral pela gestão operacional dos aeroportos, disponibilizando pessoal técnico especializado, insumos, materiais, equipamentos e serviços necessários ao cumprimento do objeto contratual.

A remuneração da contratada será realizada por meio de pagamento mensal fixo pelo Estado do Ceará, considerando os custos operacionais (pessoal, insumos, equipamentos, treinamentos, certificações, manutenção) e margem de lucro compatível ao do setor aeroportuário.

Características da Solução:

- a. Responsabilidade integral da contratada: A empresa contratada assume a responsabilidade por todos os aspectos da gestão aeroportuária, incluindo administração, operação, manutenção preventiva e corretiva, conservação de edificações e equipamentos, gestão de segurança



operacional (Safety e Security), elaboração e atualização de manuais operacionais e planos de emergência;

b. Disponibilização de recursos: A contratada disponibiliza pessoal técnico qualificado e certificado, veículos operacionais, equipamentos, materiais, insumos e sistemas de tecnologia da informação necessários à operação aeroportuária;

c. Conformidade regulatória: A contratada garante o cumprimento de todas as normas e regulamentos da ANAC e DECEA, mantendo as certificações e autorizações operacionais dos aeroportos;

d. Continuidade operacional: A contratada assegura a operação ininterrupta dos aeroportos, 24 horas por dia, 7 dias por semana, conforme requisitos operacionais;

e. Gestão de riscos: A contratada implementa e mantém Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO), realizando análise contínua de riscos e adotando medidas preventivas e corretivas;

f. Fiscalização e controle: A SETUR exerce fiscalização e controle sobre a execução contratual, por meio de fiscal e gestor do contrato, verificando o cumprimento de indicadores de desempenho e padrões de qualidade;

g. Prazo de execução: Contrato com prazo inicial de 12 meses, prorrogável por até 10 anos, conforme artigos 106, 107 e 94 da Lei nº 14.133/2021;

h. Regime de execução: Empreitada por preço global, com pagamento mensal fixo, reajustável anualmente conforme índices oficiais.

Vantagens da Solução:

- Expertise especializada: Contratação de empresa com experiência comprovada em gestão aeroportuária, garantindo eficiência operacional e conformidade regulatória;
- Rapidez de implementação: Solução pode ser implementada em prazo compatível com a urgência da necessidade, evitando interrupção das operações aeroportuárias;
- Conformidade regulatória garantida: Empresa especializada possui conhecimento técnico e recursos para cumprir integralmente as exigências da ANAC e DECEA;
- Redução de riscos: Transferência de riscos operacionais para a contratada, que assume responsabilidade por eventuais sanções regulatórias decorrentes de falhas operacionais;
- Flexibilidade contratual: Possibilidade de prorrogação contratual por até 10 anos, garantindo continuidade e estabilidade operacional;
- Economicidade: Contratação por preço global permite controle orçamentário e previsibilidade de despesas, evitando custos adicionais com estruturação interna;
- Foco na atividade-fim: Permite que a SETUR concentre esforços em atividades estratégicas de planejamento, regulação e fiscalização, delegando a operação a empresa especializada.

Análise de Viabilidade:

A solução proposta é viável sob os seguintes aspectos:

- Viabilidade técnica: Existem no mercado empresas especializadas com capacidade técnica e operacional para executar os serviços;
- Viabilidade jurídica: A contratação está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
- Viabilidade econômica: Os custos da contratação são compatíveis com os benefícios esperados e com a capacidade orçamentária do Estado;
- Viabilidade operacional: A solução garante a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços aeroportuários.

Conclusão: Solução **RECOMENDADA** como a mais adequada para atendimento da necessidade pública.

Esse é o modelo de negócio atualmente adotado, o qual vem se revelando adequado às necessidades da Administração Pública.

3.3. Quadro Comparativo de Soluções

Critério	Solução 1: Execução Direta	Solução 2: Concessão/PPP Longo Prazo	Solução 3: Empresa Especializada
Viabilidade Técnica	Inviável	Inadequada	Viável
Prazo de Implementação	Longo (> 24 meses)	Muito longo (> 36 meses)	Curto (2-4 meses)
Conformidade Regulatória	Baixa	Alta	Alta
Expertise Especializada	Inexistente	Alta	Alta
Custos de Estruturação	Muito altos	Muito altos	Baixos
Riscos Operacionais	Muito altos	Baixos	Baixos
Flexibilidade Contratual	Baixa	Baixa	Alta
Economicidade	Baixa	Média	Alta
Adequação à Necessidade	Inadequada	Inadequada	Adequada

3.4. Justificativa da Escolha da Solução Recomendada

Com base na análise comparativa das três soluções avaliadas, a Solução 3 – Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Gestão Aeroportuária (Empreitada por Preço Global) é a que melhor atende à necessidade pública, considerando os seguintes fundamentos:

- Urgência da contratação:** A solução pode ser implementada em prazo compatível com a urgência da necessidade, evitando a interrupção das operações aeroportuárias;
- Expertise especializada:** Garante a contratação de empresa com experiência comprovada em gestão aeroportuária, assegurando eficiência operacional e conformidade regulatória;
- Conformidade regulatória:** Empresa especializada possui conhecimento técnico e recursos para cumprir integralmente as exigências da ANAC e DECEA, evitando sanções e interdições;
- Redução de riscos:** Transfere riscos operacionais para a contratada, protegendo o Estado de responsabilizações por falhas operacionais;
- Economicidade:** Contratação por preço global permite controle orçamentário e previsibilidade de despesas, sendo mais econômica que a estruturação interna;
- Continuidade do serviço público:** Garante a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços aeroportuários, essenciais para o turismo e a economia estadual;
- Flexibilidade contratual:** Possibilidade de prorrogação por até 10 anos garante estabilidade operacional e permite ajustes contratuais conforme evolução das necessidades.

Portanto, a contratação de empresa especializada por meio de empreitada por preço global é a solução mais adequada, viável e vantajosa para a Administração Pública e para o atendimento do interesse público.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. Visão Geral da Solução

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços auxiliares à operação, administração, manutenção e conservação dos 10 (dez) Aeroportos Regionais do Estado do Ceará, por meio de empreitada por preço global, com prazo inicial de 1 (um) ano, prorrogável por até 10 anos.

A contratada assumirá a responsabilidade integral pela gestão operacional dos aeroportos, garantindo:

- Operação segura e eficiente das instalações aeroportuárias;
- Administração dos serviços aeroportuários e atendimento aos usuários;
- Manutenção preventiva e corretiva de edificações, equipamentos e sistemas;
- Conservação do sítio aeroportuário e áreas operacionais;
- Conformidade com normas e regulamentos da ANAC e DECEA;
- Implementação e manutenção de Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO);
- Elaboração e atualização de manuais operacionais e planos de emergência.

4.2. Escopo dos Serviços

Os serviços a serem prestados pela contratada estão organizados em três áreas integradas:

A) Auxílio à Administração Aeroportuária (ADM)

Horário de Operação: Segunda a sábado, horário comercial, exceto feriados.

Atividades:

- a. Prestação de serviços contínuos de suporte administrativo às operações aeroportuárias;
- b. Atendimento ao usuário do transporte aéreo, garantindo a melhor experiência possível aos passageiros;
- c. Elaboração e gestão de escalas de serviço, assegurando coordenação eficiente e disponibilidade de pessoal;
- d. Credenciamento de pessoas e veículos, restringindo o acesso às áreas restritas do aeroporto a indivíduos e veículos autorizados;
- e. Gestão de programação de voos com companhias aéreas, facilitando a coordenação e planejamento das operações aéreas;
- f. Elaboração de planilhas e relatórios sobre movimentação de aeronaves e passageiros, auxiliando na gestão operacional eficaz;
- g. Controle e planejamento tarifário de operações aéreas, cargas e passageiros, conforme diretrizes da SETUR/CE, garantindo transações transparentes e justas;
- h. Fiscalização e ordenamento das atividades de concessionárias (companhias aéreas, ESATA – Empresa de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo, locatários, etc), assegurando conformidade com normas aplicáveis.

B) Auxílio à Operação Aeroportuária (OPE)

Horário de Operação: 24 horas por dia, 7 dias por semana, ininterrupta, inclusive feriados.

Atividades:

- a. Disponibilização de serviços de operação aeroportuária 24h/7 dias, garantindo operação contínua;
- b. Coordenação de operações noturnas (18h às 06h) com a Administração Aeroportuária, com antecedência mínima de 3 horas;
- c. Operação do Canal de Inspeção AVSEC (Segurança da Aviação Civil) para todos os voos regulares e charter, prevenindo atos de interferência ilícita. Serviço específico para os aeroportos certificados com voos regulares;
- d. Operação do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio (SESCINC) na Categoria 7 para o Aeroporto de Jericoacoara (SBJE) em voos comerciais, conforme RBAC 153 (o Aeroporto de Canoa Quebrada – SBAC não contará com SESCINC). Serviço específico para os aeroportos certificados com voos regulares;
- e. Operação e administração da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) Categoria “A”, conforme ICA 63-10, assegurando comunicação eficaz e segura. Serviço específico para os aeroportos certificados com voos regulares;
- f. Manutenção e implementação de ações do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO), garantindo que todas as operações atendam aos mais altos padrões de segurança;
- g. Elaboração, implantação e atualização dos seguintes manuais, planos e programas operacionais:
 - MGSO – Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional;
 - MOPS – Manual de Operações do Aeródromo;
 - PSA – Programa de Segurança Aeroportuária;
 - PBZPA – Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo;
 - PZPANA – Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea;
 - PBZR – Plano Básico de Zona de Ruído;
 - IPF – Instrução de Proteção ao Voo;
 - PGRF – Plano de Gerenciamento de Risco de Fauna;
 - PLEM – Plano de Emergência Aeroportuária;
 - PCINC – Plano de Prevenção e Combate a Incêndio.

C) Auxílio à Conservação e Manutenção (MNT)

Horário de Operação: - Manutenção emergencial: 24 horas por dia, 7 dias por semana, ininterrupta;
- Demais serviços de conservação e manutenção: Segunda a sábado, horário comercial, exceto feriados.

Atividades:

- a. Manutenção e Conservação de Edificações:
 - Terminal de Passageiros (TPS);
 - Seção Contra Incêndio (SCI);

- Caixa d'água e Castelo d'água;
- Cobertas (estrutura metálica e madeira);
- Guarita de inspeção;
- Casa de força.
- b. Manutenção, Conservação e/ou Substituição de Equipamentos e Mobiliário:
 - Pórtico de inspeção de segurança;
 - Equipamento de Raio X;
 - Esteiras de bagagem;
 - Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV);
 - Sistema de Informação de Voos (SIV);
 - Racks CUT (Centro Único de Telecomunicações);
 - Rede Wi-Fi;
 - Telefones;
 - Aparelhos de ar-condicionado;
 - Computadores e impressoras;
 - Mobiliário em geral;
 - Letreiro luminoso;
 - Auxílios visuais e luminosos à navegação aérea: luminárias de pista (PPD), pista de táxi (TWY), pátio de aeronaves, PAPI (Precision Approach Path Indicator), farol rotativo, biruta iluminada;
 - Estação Meteorológica de Superfície (EMS);
 - Sistema de controle de iluminação;
 - Sistema de gravação ATS (Air Traffic Services);
 - Equipamentos VHF.
- c. Manutenção de Sistemas Elétricos:
 - Subestação de energia;
 - Grupos geradores (bateria, óleo, filtros, água desmineralizada);
 - Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA).
- d. Manutenção de Equipamentos do Setor Contra Incêndio (SCI):
 - Carro Contra Incêndio (CCI);
 - Equipamentos de salvamento (desencarcerador, serra, machado, escada, maca, kit médico, etc).
- e. Manutenção e Conservação do Sítio Aeroportuário:
 - Roço de áreas verdes (faixa de pista, RESA – Runway End Safety Area, vegetação que invade as superfícies de proteção ao voo – PBZPA);
 - Manutenção de cercas patrimonial e operacional;

- Conservação de acessos operacionais.

4.3. Ciclo de Vida do Objeto

A gestão do ciclo de vida do objeto contratual compreende as seguintes fases:

Fase 1: Planejamento e Preparação (Pré-Contratual)

- Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Definição de requisitos técnicos e operacionais;
- Estimativa de custos e elaboração de orçamento;
- Elaboração de Termo de Referência e Edital de Licitação.

Fase 2: Contratação e Mobilização

- Realização do processo licitatório;
- Assinatura do contrato;
- Mobilização da contratada (disponibilização de pessoal, equipamentos e recursos);
- Vistoria e recebimento da infraestrutura aeroportuária;
- Treinamento de equipes;
- Início da prestação dos serviços.

Fase 3: Execução e Operação

- Operação contínua dos aeroportos (24h/7 dias);
- Administração dos serviços aeroportuários;
- Manutenção preventiva e corretiva de edificações, equipamentos e sistemas;
- Conservação do sítio aeroportuário;
- Gestão de segurança operacional (SGSO);
- Elaboração e atualização de manuais e planos operacionais;
- Atendimento a emergências e contingências;
- Fiscalização e controle pela SETUR;
- Medição e pagamento mensal dos serviços.

Fase 4: Monitoramento e Melhoria Contínua

- Análise de riscos e implementação de medidas preventivas;
- Auditorias internas e externas;
- Treinamentos e capacitações periódicas;
- Atualização de procedimentos operacionais;
- Implementação de melhorias tecnológicas e operacionais;
- Gestão de não conformidades e ações corretivas.

Fase 5: Encerramento ou Prorrogação

- Avaliação de desempenho ao final do período contratual;
- Decisão sobre prorrogação contratual (até 10 anos) ou nova licitação;
- Em caso de encerramento: desmobilização da contratada, transferência de conhecimento, entrega de documentação e infraestrutura;
- Em caso de prorrogação: revisão de escopo e valores.

4.4. Gestão de Riscos

A gestão de riscos será realizada de forma contínua ao longo de todo o ciclo de vida do contrato, abrangendo:

Riscos Operacionais:

- Falhas em equipamentos críticos;
- Indisponibilidade de pessoal qualificado;
- Eventos climáticos adversos;
- Incidentes de segurança operacional;
- Atos de interferência ilícita.

Medidas Mitigadoras: - Manutenção preventiva rigorosa; - Redundância de equipamentos críticos; - Treinamentos periódicos; - Planos de contingência e emergência; - Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO).

Riscos Regulatórios:

- Não conformidade com normas da ANAC e DECEA;
- Sanções administrativas e multas;
- Suspensão ou interdição de operações.

Medidas Mitigadoras: - Auditorias internas periódicas; - Atualização contínua de manuais e procedimentos; - Certificações e treinamentos obrigatórios; - Fiscalização rigorosa pela SETUR.

Riscos Contratuais:

- Inadimplemento da contratada;
- Descumprimento de prazos e indicadores;
- Conflitos contratuais.

Medidas Mitigadoras: - Garantia contratual (caução, seguro-garantia ou fiança bancária); - Cláusulas de penalidades e sanções; - Fiscalização e gestão contratual eficazes; - Mecanismos de solução de controvérsias.

4.5. Práticas de Manutenção

A contratada deverá implementar práticas de manutenção baseadas em:

- Manutenção Preventiva: Inspeções e intervenções programadas para evitar falhas e prolongar a vida útil de equipamentos e sistemas;
- Manutenção Corretiva: Reparos e substituições em caso de falhas ou defeitos;
- Manutenção Preditiva: Monitoramento de condições operacionais para antecipar necessidades de manutenção;
- Melhoria Contínua: Implementação de melhorias tecnológicas e operacionais para aumentar eficiência e reduzir custos.

4.6. Capacitação Profissional

A contratada deverá promover capacitação contínua de seus colaboradores, incluindo:

- Treinamentos iniciais obrigatórios (RBAC 107, 153, Resolução 279/ANAC, ICA 102-7, ICA 66-23);
- Reciclagens periódicas conforme exigências regulatórias;
- Treinamentos em segurança operacional e gestão de riscos;
- Simulações de emergências e exercícios práticos;

- Atualização sobre mudanças regulatórias e tecnológicas.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades a serem contratadas foram definidas com base nos regulamentos (RBAC) da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) e nas instruções (ICA) do DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), nas especificações técnicas dos Termos de Referência dos contratos vigentes, e nas melhores práticas de gestão aeroportuária.

As atividades a serem executadas dividem-se em três categorias principais de serviços: (i) Administração Aeroportuária (ADM); (ii) Operação Aeroportuária (OPE); e (iii) Conservação e Manutenção (MNT). Cada categoria apresenta requisitos comuns a todos os aeroportos e requisitos específicos conforme o nível de classificação e certificação operacional.

- i. Administração Aeroportuária (ADM)
 - a. Prestar os serviços de Administração Aeroportuária de segunda-feira a sexta, excluindo-se feriados, ininterruptamente, nos horários comerciais;
 - b. Garantir o melhor atendimento possível ao usuário do transporte aéreo;
 - c. Elaborar e gerir as escalas de serviço;
 - d. Realizar o credenciamento de pessoas e veículos;
 - e. Gerir a programação de voos com as companhias;
 - f. Elaborar planilhas e relatórios de movimentação de aeronaves e passageiros;
 - g. Controlar e planilhar a tarificação das operações (aéreas, cargas, passageiros); e
 - h. Auxiliar a SETUR/CE na fiscalização e ordenamento das atividades das Concessionárias (Cias Aéreas, ESATA, demais locatários de áreas aeroportuárias).
- ii. Operação Aeroportuária (OPE)
 - a. Disponibilizar os serviços de Operação Aeroportuária 24h, 7 dias por semana, ininterruptamente, inclusive em feriados.
 - b. Coordenar junto a Administração Aeroportuária, com antecedência mínima de 3h, as Operações a serem realizadas no período entre 18:00h às 06:00h;
 - c. Operar o Canal de Inspeção – AVSEC (Segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita) para todos os voos da aviação regular e voos charter. Serviço específico para aeroporto certificado com voo regular;
 - d. Operar o serviço de SESCINC (Serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndio) na CAT 7 para SBJE somente em voos comerciais, conforme estabelecido no RBAC 153. SBAC não contará com o serviço de SESCINC;
 - e. Operar e administrar a EPTA (Estação prestadora de serviço de telecomunicações e de tráfego aéreo) CAT “A” conforme estabelecido na ICA 63-10;
 - f. Manter e implementar ações de SGSO (Sistema de gerenciamento da segurança operacional); e
 - g. Elaborar, implantar e atualizar todos os manuais, planos e programas para manutenção das operações aeroportuárias previstos pela Autoridade Aeronáutica (COMAER) e pela Agência Reguladora (ANAC) do setor da aviação civil. Exemplos: MGSO, MOPS, PSA, PBZPA, PZPANA, PBZR, IPF, PGRF, PLEM, PCINC, entre outros.
- iii. Conservação e Manutenção Aeroportuária (MNT)
 - a. Manter disponíveis os serviços de manutenção emergencial 24h, 7 dias por semana, ininterruptamente, inclusive em feriados;

- b. Prestar os demais serviços de conservação e manutenção de segunda-feira a sábado, excluindo-se feriados, ininterruptamente, nos horários comerciais;
- c. Realizar a manutenção e conservação das edificações: TPS, SCI, Caixa/Castelo d'água, Cobertas (estrutura metálica e de madeira), Guarita de inspeção, Casas de força (K.F.);
- d. Propiciar a conservação, reparos e/ou substituição dos equipamentos e mobiliário: Pórtico de inspeção, Raio X, Esteiras de bagagem, CFTV, SIV, Racks da Sala CUT, Rede Wi-Fi, Telefones, Ares-condicionados, Computadores, Mobiliário (mesas, cadeiras, longarinas, armários, etc), Letreiro luminoso, Auxílios à navegação e visuais (luminárias da PPD, TWY e pátio, luminária SN-05, lâmpadas, transformadores, etc), PAPI, Farol rotativo, Biruta iluminada, EMS – estação meteorológica de superfície, Controle de luminosidade do balizamento, Sistema de gravação de mensagens ATS, Impressora, Computador, Estação VHF aeronáutico, VHF portátil, Refletores do pátio e SCI, CCI, Equipamentos de apoio às operações de resgate (Tabela 153.423-1 pag 65 RBAC 153 emd 08 classe II certificado) dentre outros; e
- e. Realizar a manutenção e conservação de todo o Sítio Aeroportuário: Roço de áreas verdes (faixa de pista, RESA, vegetação que invada as superfícies de proteção ao voo - PBZPA), Cercas patrimonial e operacional, Manutenção das vias de inspeção internas e externas da cerca patrimonial e operacional, dentre outros, conforme regulamentação vigente.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em cotações obtidas junto ao mercado especializado na gestão aeroportuária, por ocasião das licitações emergenciais (Dispensas de Licitação 002/2025 e 003/2025) realizadas pela Superintendência de Obras Públicas (SOP) em março de 2025, considerando custos operacionais dos insumos, mão de obra e serviços. Os valores estimados para contratação dos serviços auxiliares à operação, administração, manutenção e conservação para os aeroportos regionais do Ceará ficaram da seguinte forma:

Grupo I - Aeroportos Regionais de Jericoacoara (SBJE) e Canoa Quebrada (SBAC):

GRUPO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
I	I.1. AEROPORTO REGIONAL DE JERICOACOARA (SBJE)	MENSAL	12	R\$ 827.145,40	R\$ 9.925.744,80
	I.2. AEROPORTO REGIONAL DE CANOA QUEBRADA (SBAC)			R\$ 527.306,01	R\$ 6.327.672,08
	TOTAL			R\$ 1.354.451,41	R\$ 16.253.416,88

Grupo II - Aeroportos Regionais de Sobral (SN6L), Camocim (SNWC), São Benedito (SWBE), Crateús (SNWS), Tauá (SDZG), Campos Sales (SNCS), Iguatu (SNIG) e Quixadá (SNQX):

GRUPO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
II	II.1. AEROPORTO REGIONAL DE SOBRAL (SN6L)	MENSAL	12	R\$ 264.610,53	R\$ 3.175.326,40
	II.2. AEROPORTO REGIONAL DE CAMOCIM (SNWC)			R\$ 117.417,84	R\$ 1.409.014,04
	II.3. AEROPORTO REGIONAL DE SÃO BENEDITO (SWBE)			R\$ 125.402,82	R\$ 1.504.833,80
	II.4. AEROPORTO REGIONAL DE CRATEÚS (SNWS)			R\$ 125.402,82	R\$ 1.504.833,80

II.5. AEROPORTO REGIONAL DE TAUÁ (SDZG)			R\$ 117.417,84	R\$ 1.409.014,04
II.6. AEROPORTO REGIONAL DE CAMPOS SALES (SNCS)			R\$ 117.417,84	R\$ 1.409.014,04
II.7. AEROPORTO REGIONAL DE IGUATU (SNIG)			R\$ 125.402,82	R\$ 1.504.833,80
II.8. AEROPORTO REGIONAL DE QUIXADÁ (SNQX)			R\$ 117.417,84	R\$ 1.409.014,08
TOTAL			R\$ 1.110.490,33	R\$ 13.325.884,00

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Análise de Parcelamento

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu artigo 47, que as contratações devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade.

No caso da presente contratação, aponta-se como vantagem o parcelamento do objeto considerando a classificação dos aeroportos regionais conforme item 1.3 deste ETP. Seguindo referida classificação, é possível separá-los como:

- Certificados (SBJE e SBAC); e
- Não Certificados (os demais).

7.2. Justificativa para Parcelamento

Com base na análise técnica e econômica realizada, recomenda-se o parcelamento do objeto, pelos seguintes fundamentos:

- Interdependência das atividades:** As atividades de administração, operação e manutenção aeroportuária são fortemente interdependentes, exigindo coordenação contínua e integrada. A segregação dessas atividades entre múltiplos contratados comprometeria a eficiência operacional e a segurança;
- Segurança operacional:** A gestão unificada por um único operador é essencial para garantir a segurança operacional, permitindo identificação clara de responsabilidades e coordenação eficaz em situações de emergência;
- Economia de escala:** A contratação única proporciona ganhos de escala na gestão de recursos humanos, materiais e equipamentos, resultando em redução de custos operacionais;
- Simplificação da fiscalização:** A fiscalização de um único contrato é mais simples, eficaz e econômica, reduzindo custos administrativos da SETUR;
- Padronização de procedimentos:** A gestão unificada permite padronização de procedimentos operacionais, manuais e planos de emergência, garantindo uniformidade e qualidade dos serviços;
- Redução de custos administrativos:** A gestão de um único contrato reduz custos de mobilização, desmobilização, gestão administrativa e coordenação;
- Continuidade operacional:** A gestão unificada reduz riscos de descontinuidade operacional decorrentes de conflitos entre múltiplos contratados;

h. Viabilidade de consórcios: A possibilidade de participação de consórcios de empresas mitiga eventuais restrições à competitividade, permitindo que empresas de menor porte se associem para atender aos requisitos da contratação.

7.3. Regime de Execução

A contratação será realizada por Empreitada por Preço Global, conforme artigo 46, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, considerando que:

- O objeto é claramente definido e quantificável;
- Os riscos são previsíveis e podem ser adequadamente distribuídos entre as partes;
- A remuneração será fixa mensal, facilitando o controle orçamentário;
- O regime é adequado para serviços contínuos de longo prazo.

7.4. Conclusão

Portanto, a contratação **será parcelada**, sendo dividida obedecendo a classificação de aeroportos certificados e não certificados, adotada neste ETP, para todas as áreas de serviços (ADM, OPE e MNT) e será por meio de **Empreitada por Preço Global**, por ser a solução mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo eficiência operacional, segurança, economicidade e qualidade dos serviços aeroportuários.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Contratações Interdependentes

As seguintes contratações são complementares à presente contratação:

- a. Fornecimento de energia elétrica: Contrato de fornecimento de energia elétrica pela concessionária local;
- b. Fornecimento de água e esgoto: Contrato de fornecimento de água e coleta de esgoto pela concessionária local;
- c. Concessões comerciais: Contratos de concessão de espaços comerciais no terminal de passageiros (lojas, restaurantes, locadoras de veículos), geridos pela SETUR ou pela contratada, conforme definido no contrato.

9. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Fonte de Recursos

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Tesouro Estadual, consignados no orçamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento do Turismo (FUNDETUR) / Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR).

9.2. Prazo de Vigência e Execução

- Prazo de vigência do contrato: 1 (um) ano, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106, 107 e 94 da Lei nº 14.133/2021;
- Possibilidade de prorrogação: O contrato poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, mediante termo aditivo, desde que comprovada a vantagem para a Administração, a manutenção do interesse público e a concordância da contratada.

9.3. Compatibilidade com o Plano de Contratações Anual (PCA)

A presente contratação será incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) da SETUR para o exercício de 2026, conforme artigo 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, após aprovação do presente Estudo Técnico Preliminar.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Objetivos da Contratação

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços auxiliares à operação, administração, manutenção e conservação dos Aeroportos Regionais de Jericoacoara (SBJE) e Canoa Quebrada (SBAC) tem como objetivos:

- a. Garantir a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços de transporte aéreo, essenciais para o desenvolvimento turístico e econômico do Estado do Ceará;
- b. Assegurar a conformidade regulatória com as normas e regulamentos da ANAC e DECEA, evitando sanções administrativas, multas e interdições;
- c. Promover a segurança operacional (Safety) das operações aeroportuárias, protegendo passageiros, tripulações e comunidades aeroportuárias;
- d. Garantir a segurança da aviação civil (Security) contra atos de interferência ilícita, conforme padrões internacionais;
- e. Otimizar a gestão operacional dos aeroportos, promovendo eficiência, economicidade e qualidade dos serviços;
- f. Fomentar o turismo no Litoral Norte e Litoral Leste do Ceará, facilitando o acesso de turistas nacionais e internacionais;
- g. Promover o desenvolvimento socioeconômico regional, gerando emprego, renda e oportunidades de negócios;
- h. Melhorar a satisfação dos usuários do transporte aéreo, oferecendo serviços de qualidade e infraestrutura adequada.

10.2. Resultados Esperados

A contratação deverá produzir os seguintes resultados:

10.2.1. Continuidade e Segurança do Transporte Aéreo

- Operação ininterrupta dos aeroportos, 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Manutenção das certificações e autorizações operacionais emitidas pela ANAC e DECEA;
- Ausência de interdições, suspensões ou restrições operacionais decorrentes de não conformidades regulatórias;
- Redução de incidentes e acidentes aeronáuticos;
- Implementação efetiva de Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO).

10.2.2. Melhoria da Segurança Operacional

- Implementação e manutenção de SGSO conforme RBAC 153;
- Realização de análises de risco e implementação de medidas preventivas;
- Treinamento contínuo de colaboradores em segurança operacional;
- Monitoramento de fauna e gerenciamento de risco de colisão com aeronaves;
- Manutenção de auxílios visuais e luminosos à navegação aérea em perfeito funcionamento;
- Elaboração e atualização de manuais operacionais e planos de emergência.

10.2.3. Otimização de Custos e Eficiência Operacional

- Redução de custos operacionais por meio de gestão eficiente de recursos;
- Manutenção preventiva eficaz, reduzindo custos de manutenção corretiva;



- Otimização do uso de insumos, materiais e equipamentos;
- Redução de desperdícios e perdas operacionais;
- Melhoria contínua de processos e procedimentos.

10.2.4. Satisfação dos Usuários

- Melhoria da experiência dos passageiros nos aeroportos;
- Redução de reclamações e insatisfações;
- Atendimento de qualidade e cortês aos usuários;
- Infraestrutura limpa, conservada e funcional;
- Informações claras e tempestivas sobre voos e serviços.

10.2.5. Fomento ao Turismo e Desenvolvimento Regional

- Aumento da conectividade aérea do Litoral Norte e Litoral Leste do Ceará;
- Crescimento do fluxo de turistas nacionais e internacionais;
- Geração de emprego e renda nas regiões atendidas pelos aeroportos;
- Fortalecimento da cadeia produtiva do turismo (hotéis, restaurantes, agências, transporte);
- Aumento da arrecadação tributária estadual e municipal;
- Redução de desigualdades regionais.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Providências Administrativas

Previamente à celebração do contrato, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas:

- a. Aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP) pela autoridade competente da SETUR;
- b. Elaboração do Termo de Referência detalhado, especificando escopo, requisitos técnicos, obrigações das partes e critérios de fiscalização;
- c. Elaboração do Edital de Licitação e seus anexos (minuta de contrato, planilhas de custos);
- d. Análise jurídica do Edital e seus anexos pela Assessoria Jurídica da SETUR e pela Procuradoria Geral do Estado;
- e. Aprovação e publicação do Edital no portal de licitações do Estado e no Diário Oficial do Estado;
- f. Realização do processo licitatório (Concorrência Eletrônica), com análise de propostas e habilitação dos licitantes;
- g. Apresentação de garantia contratual pela contratada (caução, seguro-garantia ou fiança bancária), no percentual de 5% do valor total do contrato;
- h. Assinatura do contrato entre a SETUR e a contratada.

11.2. Providências Técnicas e Operacionais

Previamente ao início da prestação dos serviços, deverão ser adotadas as seguintes providências técnicas e operacionais:

1. Elaboração de inventário detalhado de toda a infraestrutura física e móvel dos aeroportos (edificações, equipamentos, veículos, mobiliário), com laudo de vistoria técnica;
2. Entrega do inventário e laudo de vistoria à contratada em até 30 dias após a assinatura do contrato;

3. Vistoria técnica realizada pela contratada, com aceite formal da infraestrutura em até 30 dias após o recebimento do inventário;
4. Transferência de conhecimento da operação atual para a contratada, incluindo documentação operacional, manuais, procedimentos e histórico de manutenções;

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

12.1. Considerações Gerais

A operação de aeroportos, embora essencial para o desenvolvimento socioeconômico e a mobilidade populacional, pode gerar impactos ambientais que devem ser adequadamente identificados, monitorados e mitigados. A presente contratação, por tratar-se de serviços auxiliares à operação, administração, manutenção e conservação de aeroportos já existentes e em operação, não envolve obras de ampliação, construção de novas infraestruturas ou modificações significativas no meio ambiente.

Não obstante, a contratada deverá observar rigorosamente as normas ambientais aplicáveis e implementar medidas de gestão ambiental para minimizar os impactos decorrentes das operações aeroportuárias.

12.2. Impactos Ambientais Identificados e Medidas Mitigadoras

12.2.1. Emissões Atmosféricas e Poluição do Ar

Impacto:

A operação de aeronaves, veículos terrestres e equipamentos de apoio (como geradores e sistemas de climatização) emite poluentes como CO₂ (dióxido de carbono), NO_x (óxidos de nitrogênio), SO_x (óxidos sulfúricos), material particulado e outros gases de efeito estufa, contribuindo para a mudança climática e a degradação da qualidade do ar local.

Medidas Mitigadoras:

- a) Adotar aeronaves mais eficientes e menos poluentes;
- b) Implementar programas de redução de emissões, uso de combustíveis sustentáveis;
- c) Dar preferência a utilização de veículos terrestres e equipamentos de solo eletrificados; e
- d) Instalar sistemas de monitoramento da qualidade do ar.

12.2.2. Poluição Sonora

Impacto:

O ruído gerado por decolagens, aterrissagens e operações de solo pode afetar comunidades vizinhas, causando desconforto, estresse e problemas de saúde.

Medidas Mitigadoras:

- a. Implantar e executar o previsto no Plano Básico de Zoneamento de Ruídos (PBZR), como: realizar monitoramento contínuo dos níveis de ruído e construir barreiras acústicas e promover o isolamento acústico de edificações próximas;
- b. Implementar restrições operacionais para voos noturnos; e
- c. Utilizar aeronaves mais silenciosas e tecnologias de redução de ruído;

12.2.3. Geração de Resíduos Sólidos

Impacto:

A grande movimentação de passageiros e funcionários gera resíduos sólidos, como plásticos, alimentos, papéis e materiais perigosos, que podem contaminar o solo e a água se não forem gerenciados adequadamente.

Medidas Mitigadoras:

- a. Implementar programas de coleta seletiva e reciclagem;
- b. Reduzir o uso de descartáveis e promover o uso de materiais biodegradáveis;
- c. Estabelecer parcerias com empresas de tratamento de resíduos; e
- d. Realizar campanhas educativas de passageiros e funcionários sobre práticas sustentáveis de descarte.

12.2.4. Consumo de Água e Geração de Efluentes

Impacto:

O aeroporto consome grandes volumes de água para limpeza, sanitários, refrigeração e outros usos, gerando efluentes que podem contaminar corpos hídricos se não tratados adequadamente.

Medidas Mitigadoras:

- a. Instalar sistemas de reúso de água, como captação de água da chuva e tratamento de efluentes;
- b. Utilizar tecnologias de baixo consumo de água em sanitários e torneiras; e
- c. Monitorar a qualidade da água e implementar programas de conservação.

12.2.5. Consumo de Energia Elétrica

Impacto:

O alto consumo de energia elétrica para iluminação, climatização, operação de equipamentos e sistemas de TI contribui para a demanda energética e as emissões indiretas de gases de efeito estufa.

Medidas Mitigadoras:

- a. Adotar fontes de energia renovável, como painéis solares e turbinas eólicas;
- b. Implementar sistemas de eficiência energética, como iluminação LED e sistemas de climatização inteligentes; e
- c. Realizar auditorias energéticas periódicas para identificar oportunidades de redução.

12.2.6. Impactos à Biodiversidade e Fauna

Impacto:

A construção e a operação de um aeroporto podem afetar ecossistemas locais, causando desmatamento, fragmentação de habitats e perturbação da fauna.

Medidas Mitigadoras:

- a. Realizar estudos de impacto ambiental detalhados antes da expansão ou construção;
- b. Implementar programas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas;
- c. Criar corredores ecológicos para minimizar a fragmentação de habitats; e
- d. Monitorar a fauna local e implementar medidas para afastamento seguro de aves.

12.2.7. Mudanças Climáticas

Impacto:

As emissões de gases de efeito estufa contribuem para o aquecimento global, enquanto eventos climáticos extremos podem afetar a operação do aeroporto.

Medidas Mitigadoras:

- a. Adotar metas de neutralidade de carbono;
- b. Investir em tecnologias de captura e armazenamento de carbono.
- c. Desenvolver planos de adaptação às mudanças climáticas, como sistemas de drenagem eficientes para enchentes.

12.3. Conformidade com Legislação Ambiental

A contratada deverá observar rigorosamente a legislação ambiental aplicável, incluindo:

- Lei Federal nº 6.938/1981: Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei Federal nº 9.605/1998: Lei de Crimes Ambientais;
- Lei Federal nº 12.305/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Resolução CONAMA nº 001/1990: Padrões de emissão de ruído;
- Resolução CONAMA nº 005/1993: Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Legislação estadual e municipal: Normas ambientais do Estado do Ceará e municípios onde os aeroportos estão localizados.

12.4. Fiscalização Ambiental

A SETUR exercerá fiscalização ambiental sobre as operações da contratada, verificando:

- Cumprimento de condicionantes de licenças ambientais;
- Implementação de medidas mitigadoras de impactos ambientais;
- Gestão adequada de resíduos sólidos;
- Uso racional de recursos naturais (água, energia);
- Conformidade com legislação ambiental.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Com base em todas as análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a **Contratação de Empresa Especializada para Prestação dos Serviços Auxiliares à Operação, Administração, Manutenção e Conservação dos 10 (dez) Aeroportos Regionais é ADEQUADA, VIÁVEL e NECESSÁRIA** para o atendimento da necessidade pública a que se destina.

A solução proposta:

- **Atende plenamente à necessidade identificada**, garantindo a continuidade, regularidade, segurança e qualidade das operações aeroportuárias;
- **É viável técnica, jurídica, econômica e operacionalmente**, considerando a disponibilidade de empresas especializadas no mercado, a conformidade com a legislação vigente, a compatibilidade de custos com benefícios esperados e a capacidade de implementação em prazo adequado;
- **Garante a conformidade regulatória** com as normas da ANAC e DECEA, evitando sanções, multas e interdições;
- **Promove a segurança operacional e a segurança da aviação civil**, protegendo passageiros, tripulações e comunidades aeroportuárias;
- **Proporciona benefícios significativos** para o turismo, a economia regional e a população do Estado do Ceará;

- **Está alinhada com os objetivos estratégicos** da SETUR e do Governo do Estado do Ceará;
- **Representa a melhor relação custo-benefício** entre as alternativas analisadas.

Portanto, recomenda-se a **APROVAÇÃO** do presente Estudo Técnico Preliminar e a continuidade do processo de contratação, com elaboração de Termo de Referência, Edital de Licitação e demais documentos necessários à realização do processo licitatório.

APROVAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com o artigo 18, inciso I, e artigo 6º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e submete-se à aprovação da autoridade competente.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável	Ordenador de Despesa
<hr/> <div>Evandro de Santiago Gonçalves Júnior Superintendente de Aeroportos SUPAE - SETUR/CE</div>	<hr/> <div>Carlos Gustavo de Sousa Montenegro Secretário Executivo do Turismo SEXEC - SETUR/CE</div>

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20260004

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação da licitante:

Razão Social:		
CNPJ:		Inscrição Estadual:
Endereço:		Nº
		Complemento:
Bairro:	Cidade/Estado:	
		CEP:
Representante Legal – Nome:		
Nacionalidade:		Estado Civil:
Profissão:		Cargo:
RG:		CPF:
Endereço:		Nº
		Complemento:
Bairro:	Cidade/Estado:	
		CEP:
Telefone:		Celular:
e-mail:		

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.
- O objeto terá garantia de 5% (cinco por cento) do valor contratual.

3. Formação do Preço



PROPOSTA COMERCIAL

GRUPO I - AEROPORTOS CERTIFICADOS

SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE JERICOACOARA (SBJE)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	ADMINISTRAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
1.1	Apoio Administrativo	UN.	1		
1.2	Homologação e Certificação Operacional	UN.	1		
1.3	Elaboração e Atualização de Manuais, Planos e Programas	UN.	1		
1.4	Gestão da Movimentação de Passageiros e Aeronaves	UN.	1		
1.5	Gestão das Tarifas Aeroportuárias de Navegação Aérea	UN.	1		
1.6	Gestão e Vigilância Patrimonial (dois postos de vigilância 24h/7d inclusive feriados)	UN.	1		
1.7	Locação de Veículos (uma caminhonete 4x4 e uma moto)	UN.	1		
1.8	Combustível para Veículos e Gerador de Energia (550l)	UN.	1		
1.9	Internet e Telefonia (internet com velocidade de 1GB e 10 celulares)	UN.	1		
	SUB-TOTAL 1				

2.	OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
2.1	Operação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional - SGSO	UN.	1		
2.2	Operação do Sistema de Credenciamento e Canal de Inspeção - AVSEC	UN.	1		
2.3	Operação da Estação Prestadora de Serviço de Telecomunicação e Tráfego Aéreo - EPTA CAT "A"	UN.	1		
2.4	Operação do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos - SESCINC CAT 7	UN.	1		
	SUB-TOTAL 2				

3.	MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA				
3.1	Manutenção de Veículos, Equipamentos e Mobiliários	UN.	1		
3.2	Manutenção de Edificações (estrutura predial, limpeza e conservação)	UN.	1		
3.3	Manutenção das Barreiras Operacionais e Patrimoniais	UN.	1		
3.4	Manutenção de Áreas Verdes	UN.	1		
	SUB-TOTAL 3				

VALOR MENSAL SERVIÇOS JERICOACOARA

VALOR ANUAL SERVIÇOS JERICOACOARA

SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE CANOA QUEBRADA (SBAC)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	ADMINISTRAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
1.1	Apoio Administrativo	UN.	1		
1.2	Homologação e Certificação Operacional	UN.	1		
1.3	Elaboração e Atualização de Manuais, Planos e Programas	UN.	1		
1.4	Gestão da Movimentação de Passageiros e Aeronaves	UN.	1		
1.5	Gestão das Tarifas Aeroportuárias de Navegação Aérea	UN.	1		
1.6	Gestão e Vigilância Patrimonial (dois postos de vigilância 24h/7d inclusive feriados)	UN.	1		
1.7	Locação de Veículos (uma caminhonete 4x4 e uma moto)	UN.	1		
1.8	Combustível para Veículos e Gerador de Energia (400l)	UN.	1		
1.9	Internet e Telefonia (internet com velocidade de 500MB e 6 celulares)	UN.	1		
	SUB-TOTAL 1				

2.	OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
2.1	Operação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional - SGSO	UN.	1		
2.2	Operação do Sistema de Credenciamento e Canal de Inspeção - AVSEC	UN.	1		
2.3	Operação da Estação Prestadora de Serviço de Telecomunicação e Tráfego Aéreo - EPTA CAT "A"	UN.	1		
	SUB-TOTAL 2				

3.	MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA				
3.1	Manutenção de Veículos, Equipamentos e Mobiliários	UN.	1		
3.2	Manutenção de Edificações (estrutura predial, limpeza e conservação)	UN.	1		
3.3	Manutenção das Barreiras Operacionais e Patrimoniais	UN.	1		
3.4	Manutenção de Áreas Verdes	UN.	1		
	SUB-TOTAL 3				

VALOR MENSAL SERVIÇOS CANOA QUEBRADA

VALOR ANUAL SERVIÇOS CANOA QUEBRADA

VALOR MENSAL SERVIÇOS GRUPO I

VALOR ANUAL SERVIÇOS GRUPO I

GRUPO 2 – AEROPORTOS NÃO CERTIFICADOS

SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE QUIXADÁ (SNQX)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	ADMINISTRAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
1.1	Apoio Administrativo	UN.	1		
1.2	Elaboração e Atualização de Manuais, Planos e Programas	UN.	1		
1.3	Gestão da Movimentação de Passageiros e Aeronaves	UN.	1		
1.4	Gestão das Tarifas Aeroportuárias	UN.	1		
1.5	Gestão e Vigilância Patrimonial (no mínimo um posto de vigilância 24h/7d inclusive feriados)	UN.	1		
1.6	Locação de Veículos (no mínimo uma moto)	UN.	1		
1.7	Combustível para Veículos e Gerador de Energia (250l)	UN.	1		
1.8	Internet e Telefonia (internet com velocidade de 300MB e 2 celulares)	UN.	1		
	SUB-TOTAL 1				

2.	OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
2.1	Operação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional - SGSO	UN.	1		
2.2	Operação da Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita - AVSEC	UN.	1		
	SUB-TOTAL 2				

3.	MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA				
3.1	Manutenção de Equipamentos e Mobiliários	UN.	1		
3.2	Manutenção de Edificações (estrutura predial, limpeza e conservação)	UN.	1		
3.3	Manutenção das Barreiras Operacionais e Patrimoniais	UN.	1		
3.4	Manutenção de Áreas Verdes	UN.	1		
	SUB-TOTAL 3				

VALOR MENSAL SERVIÇOS QUIXADÁ

VALOR ANUAL SERVIÇOS QUIXADÁ

SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE CAMOCIM (SNWC)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	ADMINISTRAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
1.1	Apoio Administrativo	UN.	1		
1.2	Elaboração e Atualização de Manuais, Planos e Programas	UN.	1		
1.3	Gestão da Movimentação de Passageiros e Aeronaves	UN.	1		
1.4	Gestão das Tarifas Aeroportuárias	UN.	1		
1.5	Gestão e Vigilância Patrimonial (no mínimo um posto de vigilância 24h/7d inclusive feriados)	UN.	1		
1.6	Locação de Veículos (no mínimo uma moto)	UN.	1		
1.7	Combustível para Veículos e Gerador de Energia (250l)	UN.	1		
1.8	Internet e Telefonia (internet com velocidade de 300MB e 2 celulares)	UN.	1		
	SUB-TOTAL 1				

2.	OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
2.1	Operação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional - SGSO	UN.	1		
2.2	Operação da Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita - AVSEC	UN.	1		
	SUB-TOTAL 2				

3.	MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA				
3.1	Manutenção de Equipamentos e Mobiliários	UN.	1		
3.2	Manutenção de Edificações (estrutura predial, limpeza e conservação)	UN.	1		
3.3	Manutenção das Barreiras Operacionais e Patrimoniais	UN.	1		
3.4	Manutenção de Áreas Verdes	UN.	1		
	SUB-TOTAL 3				

VALOR MENSAL SERVIÇOS CAMOCIM

VALOR ANUAL SERVIÇOS CAMOCIM

SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE CRATEÚS (SNWS)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	ADMINISTRAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
1.1	Apoio Administrativo	UN.	1		
1.2	Elaboração e Atualização de Manuais, Planos e Programas	UN.	1		
1.3	Gestão da Movimentação de Passageiros e Aeronaves	UN.	1		
1.4	Gestão das Tarifas Aeroportuárias	UN.	1		
1.5	Gestão e Vigilância Patrimonial (no mínimo um posto de vigilância 24h/7d inclusive feriados)	UN.	1		
1.6	Locação de Veículos (no mínimo uma moto)	UN.	1		
1.7	Combustível para Veículos e Gerador de Energia (250l)	UN.	1		
1.8	Internet e Telefonia (internet com velocidade de 300MB e 2 celulares)	UN.	1		
	SUB-TOTAL 1				

2.	OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
2.1	Operação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional - SGSO	UN.	1		
2.2	Operação da Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita - AVSEC	UN.	1		
	SUB-TOTAL 2				

3.	MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA				
3.1	Manutenção de Equipamentos e Mobiliários	UN.	1		
3.2	Manutenção de Edificações (estrutura predial, limpeza e conservação)	UN.	1		
3.3	Manutenção das Barreiras Operacionais e Patrimoniais	UN.	1		
3.4	Manutenção de Áreas Verdes	UN.	1		
	SUB-TOTAL 3				

VALOR MENSAL SERVIÇOS CRATEÚS

VALOR ANUAL SERVIÇOS CRATEÚS

SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE CAMPOS SALES (SNCS)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	ADMINISTRAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
1.1	Apoio Administrativo	UN.	1		
1.2	Elaboração e Atualização de Manuais, Planos e Programas	UN.	1		
1.3	Gestão da Movimentação de Passageiros e Aeronaves	UN.	1		
1.4	Gestão das Tarifas Aeroportuárias	UN.	1		
1.5	Gestão e Vigilância Patrimonial (no mínimo um posto de vigilância 24h/7d inclusive feriados)	UN.	1		
1.6	Locação de Veículos (no mínimo uma moto)	UN.	1		
1.7	Combustível para Veículos e Gerador de Energia (250l)	UN.	1		
1.8	Internet e Telefonia (internet com velocidade de 300MB e 2 celulares)	UN.	1		
	SUB-TOTAL 1				

2.	OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
2.1	Operação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional - SGSO	UN.	1		
2.2	Operação da Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita - AVSEC	UN.	1		
	SUB-TOTAL 2				

3.	MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA				
3.1	Manutenção de Equipamentos e Mobiliários	UN.	1		
3.2	Manutenção de Edificações (estrutura predial, limpeza e conservação)	UN.	1		
3.3	Manutenção das Barreiras Operacionais e Patrimoniais	UN.	1		
3.4	Manutenção de Áreas Verdes	UN.	1		
	SUB-TOTAL 3				

VALOR MENSAL SERVIÇOS CAMPOS SALES

VALOR ANUAL SERVIÇOS CAMPOS SALES

GRUPO II - AEROPORTOS NÃO CERTIFICADOS

SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE SOBRAL (SN6L)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	ADMINISTRAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
1.1	Apoio Administrativo	UN.	1		
1.2	Elaboração e Atualização de Manuais, Planos e Programas	UN.	1		
1.3	Gestão da Movimentação de Passageiros e Aeronaves	UN.	1		
1.4	Gestão das Tarifas Aeroportuárias	UN.	1		
1.5	Gestão e Vigilância Patrimonial (no mínimo um posto de vigilância 24h/7d inclusive feriados)	UN.	1		
1.6	Locação de Veículos (uma caminhonete 4x4)	UN.	1		
1.7	Combustível para Veículos e Gerador de Energia (400l)	UN.	1		
1.8	Internet e Telefonia (internet com velocidade de 500MB e 5 celulares)	UN.	1		
	SUB-TOTAL 1				

2.	OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
2.1	Operação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional - SGSO	UN.	1		
2.2	Operação da Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita - AVSEC	UN.	1		
	SUB-TOTAL 2				

3.	MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA				
3.1	Manutenção de Equipamentos e Mobiliários	UN.	1		
3.2	Manutenção de Edificações (estrutura predial, limpeza e conservação)	UN.	1		
3.3	Manutenção das Barreiras Operacionais e Patrimoniais	UN.	1		
3.4	Manutenção de Áreas Verdes	UN.	1		
	SUB-TOTAL 3				

VALOR MENSAL SERVIÇOS SOBRAL

VALOR ANUAL SERVIÇOS SOBRAL

SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE SÃO BENEDITO (SWBE)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	ADMINISTRAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
1.1	Apoio Administrativo	UN.	1		
1.2	Elaboração e Atualização de Manuais, Planos e Programas	UN.	1		
1.3	Gestão da Movimentação de Passageiros e Aeronaves	UN.	1		
1.4	Gestão das Tarifas Aeroportuárias	UN.	1		
1.5	Gestão e Vigilância Patrimonial (no mínimo um posto de vigilância 24h/7d inclusive feriados)	UN.	1		
1.6	Locação de Veículos (no mínimo uma moto)	UN.	1		
1.7	Combustível para Veículos e Gerador de Energia (250l)	UN.	1		
1.8	Internet e Telefonia (internet com velocidade de 300MB e 2 celulares)	UN.	1		
	SUB-TOTAL 1				

2.	OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
2.1	Operação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional - SGSO	UN.	1		
2.2	Operação da Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita - AVSEC	UN.	1		
	SUB-TOTAL 2				

3.	MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA				
3.1	Manutenção de Equipamentos e Mobiliários	UN.	1		
3.2	Manutenção de Edificações (estrutura predial, limpeza e conservação)	UN.	1		
3.3	Manutenção das Barreiras Operacionais e Patrimoniais	UN.	1		
3.4	Manutenção de Áreas Verdes	UN.	1		
	SUB-TOTAL 3				

VALOR MENSAL SERVIÇOS SÃO BENEDITO

VALOR ANUAL SERVIÇOS SÃO BENEDITO

SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE TAUÁ (SDZG)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	ADMINISTRAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
1.1	Apoio Administrativo	UN.	1		
1.2	Elaboração e Atualização de Manuais, Planos e Programas	UN.	1		
1.3	Gestão da Movimentação de Passageiros e Aeronaves	UN.	1		
1.4	Gestão das Tarifas Aeroportuárias	UN.	1		
1.5	Gestão e Vigilância Patrimonial (no mínimo um posto de vigilância 24h/7d inclusive feriados)	UN.	1		
1.6	Locação de Veículos (no mínimo uma moto)	UN.	1		
1.7	Combustível para Veículos e Gerador de Energia (250l)	UN.	1		
1.8	Internet e Telefonia (internet com velocidade de 300MB e 2 celulares)	UN.	1		
	SUB-TOTAL 1				

2.	OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
2.1	Operação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional - SGSO	UN.	1		
2.2	Operação da Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita - AVSEC	UN.	1		
	SUB-TOTAL 2				

3.	MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA				
3.1	Manutenção de Equipamentos e Mobiliários	UN.	1		
3.2	Manutenção de Edificações (estrutura predial, limpeza e conservação)	UN.	1		
3.3	Manutenção das Barreiras Operacionais e Patrimoniais	UN.	1		
3.4	Manutenção de Áreas Verdes	UN.	1		
	SUB-TOTAL 3				

VALOR MENSAL SERVIÇOS TAUÁ

VALOR ANUAL SERVIÇOS TAUÁ

SERVIÇOS AUXILIARES À OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE IGUATU (SNIG)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	ADMINISTRAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
1.1	Apoio Administrativo	UN.	1		
1.2	Elaboração e Atualização de Manuais, Planos e Programas	UN.	1		
1.3	Gestão da Movimentação de Passageiros e Aeronaves	UN.	1		
1.4	Gestão das Tarifas Aeroportuárias	UN.	1		
1.5	Gestão e Vigilância Patrimonial (no mínimo um posto de vigilância 24h/7d inclusive feriados)	UN.	1		
1.6	Locação de Veículos (no mínimo uma moto)	UN.	1		
1.7	Combustível para Veículos e Gerador de Energia (250l)	UN.	1		
1.8	Internet e Telefonia (internet com velocidade de 300MB e 2 celulares)	UN.	1		
	SUB-TOTAL 1				

2.	OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA				
2.1	Operação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional - SGSO	UN.	1		
2.2	Operação da Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita - AVSEC	UN.	1		
	SUB-TOTAL 2				

3.	MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA				
3.1	Manutenção de Equipamentos e Mobiliários	UN.	1		
3.2	Manutenção de Edificações (estrutura predial, limpeza e conservação)	UN.	1		
3.3	Manutenção das Barreiras Operacionais e Patrimoniais	UN.	1		
3.4	Manutenção de Áreas Verdes	UN.	1		
	SUB-TOTAL 3				

VALOR MENSAL SERVIÇOS IGUATU

VALOR ANUAL SERVIÇOS IGUATU

VALOR MENSAL SERVIÇOS GRUPO II

VALOR ANUAL SERVIÇOS GRUPO II

A Proposta Comercial contempla os serviços de administração, operação, manutenção e conservação para os 10 (dez) aeroportos regionais do Estado do Ceará. Divididos em 2 (dois) grupos a saber:

- Grupo I – Aeroportos certificados: Classe II para Jericoacoara (SBJE) e classe I para Canoa Quebrada (SBAC), ambos detentores de certificado operacional, aptos a atender os voos da aviação regular e geral, com movimentação superior a 200.000 (duzentos mil) e inferior a 1.000.000,00 (um milhão) passageiros ao ano para SBJE e até 200.000 (duzentos mil) passageiros para SBAC, calculados pela média aritmética do movimento anual de passageiros processados em um período de 3 (três) anos anteriores ao ano corrente, conforme estabelecido pelo item 153.7 do RBAC 153 emd 08;
- Grupo II – Aeroportos não certificados: Classe I para Sobral (SN6L), Camocim (SNWC), São Benedito (SWBE), Crateús (SNWS), Tauá (SDZG), Campos Sales (SNCS), Iguatu (SNIG) e Quixadá (SNQX), aptos a atender os voos da aviação geral.

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data,

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)

Notas explicativas de orientação aos licitantes no preenchimento da carta proposta:

1.ADMINISTRAÇÃO AEROPORTUÁRIA

1.1. Para prestação do Serviço de Apoio Administrativo, deverá a CONTRATADA disponibilizar um colaborador que será designado como o responsável pelo aeródromo, sendo este o Gerente de Unidade Aeroportuária (Gerente do Aeroporto) e, no mínimo, um Encarregado Administrativo. Esse serviço de Apoio Administrativo envolve todas as ações administrativas relacionadas com a manutenção diária da Unidade Aeroportuária, como as relativas a contabilidade, jurídica, recrutamento e seleção, controle de presença e folha de pagamento, férias, fornecimento de material de consumo e de escritório, dentre outras.

1.2. O Serviço de Certificação Operacional deverá englobar todas as ações relacionadas à obtenção de nova certificação operacional, provisória e definitiva, do aeroporto junto aos Órgãos da Aviação Civil. A CONTRATADA deverá realizar as ações e tratativas administrativas junto aos Órgão da Aviação Civil para Homologação de possíveis alterações das características físicas do aeroporto.

1.3. O Serviço de Elaboração e Atualização de Manuais, Planos e Programas deverá englobar as ações de elaboração, implantação e atualização de todos os manuais, planos e programas para manutenção das operações aeroportuárias previstos pela autoridade aeronáutica (COMAER) e pela agência reguladora (ANAC) do setor da aviação civil.

1.4. O Serviço de Gestão da Movimentação de Passageiros e Aeronaves deverá prover leitores de código de barra ou correspondente, para controlar e auferir o fluxo de passageiros embarcados e ações relacionadas aos passageiros desembarcados nos aeroportos. Igual controle deverá ser realizado para as aeronaves que pousar e decolar desses aeroportos. Esse serviço compreende, também, a coleta dessas informações, o seu tratamento e o envio, mensalmente, à CONTRATANTE, até o 5º dia do mês subsequente, em formato de planilhas, a critério dessa.

1.5. O Serviço de Gestão de Tarifas Aeroportuárias envolve o controle das operações das aeronaves e do fluxo de passageiros, a partir da inserção dos dados no Sistema Unificado de Arrecadação e Cobrança de Tarifas Aeroportuárias (SUCOTAP) e a conferência dos relatórios gerados por esse sistema. O Serviço de Gestão de Tarifas de Navegação Aérea compreende o registro e o controle dos serviços prestados pela EPTA por meio da alimentação do Banco de Informações de Movimento de Tráfego Aéreo (BIMTRA) do Sistema de Cobrança de Tarifas de Navegação Aérea (SICOTAN) e a sua conferência.

1.6. O Serviço de Gestão e Vigilância Patrimonial compreende a guarda dos bens recebidos, constante em inventário elaborado pela CONTRATANTE, que permitirá administrar e operar os aeroportos. A CONTRATADA deverá manter a CONTRATANTE informada sob o estado de conservação dos bens de cada aeroporto. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 2 (dois) postos de vigilância patrimonial, 24h por dia, 7 dias por semana para proteção das instalações aeroportuárias.

1.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar através da Locação de Veículos, no mínimo, 1 (um) veículo automotor e 1 (um) veículo ciclomotor para suporte das ações administrativas e operacionais dos aeroportos.

1.8. A CONTRATADA deverá fornecer Combustível suficiente para alimentação dos geradores (fonte secundária de energia) e para as ações desenvolvidas com os veículos locados.

1.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar Internet e Telefonia para a administração e operação do aeroporto com velocidade suficiente para atender o acesso remoto do CFTV e Internet para os usuários do transporte aéreo.

2.OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS



A CONTRATADA, deve desenvolver, implantar, manter e garantir a segurança das operações aeroportuárias realizadas sob sua responsabilidade.

- a Verificar, fiscalizar e corrigir, se for o caso, o posicionamento de equipamentos na área operacional dos aeródromos;
- b Garantir a condição operacional da infraestrutura disponível;
- c Manter atualizadas as informações aeronáuticas;
- d Implantar e manter um sistema de proteção da área operacional;
- e Estabelecer e implementar um Sistema de Orientação e Controle da Movimentação no Solo (SOCMS);
- f Manter na área operacional o mínimo de pessoas, veículos e equipamentos necessários para realização das atividades;
- g Permitir apenas o acesso de pessoas treinadas, qualificadas e previamente credenciadas e proibindo o ingresso de pessoas não autorizadas na área de manobras;
- h Manter os auxílios visuais em condições físicas e operacionais que garantam que a PPD esteja facilmente visível e identificada, bem como estabelecer e documentar incursões na pista;
- i Gerenciar o pátio de aeronaves;
- j Alocar de forma segura as aeronaves no pátio;
- k Treinar e qualificar o fiscal de pátio para nortear o estacionamento de aeronaves no pátio;
- l Orientar os envolvidos nas equipes de solo para que a aeronave somente seja abordada após parada completa, desligamento dos motores, desligamento das luzes anticolisão e colocação do calço;
- m Garantir que o abastecimento e transferência do combustível para as aeronaves sigam os critérios de segurança;
- n Realizar o processamento de passageiros, bagagens, mala postal e carga aérea;
- o Garantir a liberação segura da aeronave;
- p Implementar procedimentos específicos para operações em baixa visibilidade; e
- q Monitorar a condição física e operacional do aeródromo.

2.1. OPERAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA SEGURANÇA OPERACIONAL (SGSO)

- a A CONTRATADA, deve desenvolver, implantar, manter e garantir a melhoria contínua de um SGSO adequado à complexidade das operações realizadas sob sua responsabilidade e:
 - 1. Estabelecer uma política de segurança operacional e seus objetivos estratégicos;
 - 2. Definir uma estrutura organizacional e designar os responsáveis pela segurança operacional em suas atividades;
 - 3. Estabelecer metas e indicadores de desempenho para melhorar o nível de segurança operacional nos aeródromos;
 - 4. Identificar os perigos e gerenciar os riscos à segurança operacional em suas atividades;
 - 5. Garantir a aplicação das ações corretivas necessárias e manter um nível aceitável de desempenho da segurança operacional;
 - 6. Prever a supervisão permanente e a avaliação periódica do nível de segurança operacional alcançado, com vistas a melhorar continuamente o nível de segurança operacional nos aeródromos;
 - 7. Garantir a coordenação entre suas atividades e aquelas estabelecidas para o Sistema de

Resposta à Emergência Aeroportuária;

8. Promover o treinamento e a divulgação do SGSO no âmbito de suas responsabilidades, para assegurar que os recursos humanos necessários estejam aptos a realizar suas atividades;
 9. Manter a documentação e registros dos processos voltados para a segurança operacional, incluindo mecanismos para o seu controle e atualização; e
 10. Manter um conjunto de ferramentas gerenciais e métodos organizados de forma sistêmica para apoiar as decisões a serem tomadas pelo operador de aeródromo em relação ao risco provocado pela fauna à segurança operacional.
- b A CONTRATADA, deve estabelecer e submeter à ANAC Níveis Aceitáveis de Desempenho da Segurança Operacional (NADSO) proporcionais à complexidade de suas operações e em conformidade com a regulamentação vigente e com os requisitos acordados com a ANAC;
 - c A CONTRATADA, deverá considerar os seguintes componentes, bem como outros regulamentos pertinentes, para estruturação do SGSO:
 1. Política e objetivos de segurança operacional;
 2. Gerenciamento dos riscos à segurança operacional;
 3. Garantia da segurança operacional; e
 4. Promoção da segurança operacional.
 - d A CONTRATADA, deve formalizar e enviar à ANAC uma declaração expressa de comprometimento com a garantia da segurança operacional, conforme modelo definido pela Agência, nos casos previstos no Apêndice A do RBAC 153.

2.2. OPERAÇÃO DO SISTEMA DE CREDENCIAMENTO E CANAL DE INSPEÇÃO (AVSEC)

- a A CONTRATADA, deverá gerir o Sistema de Credenciamento de pessoas e Autorização de veículos e equipamentos, emitir e controlar a Concessão das Credenciais e Autorizações e realizar campanhas de conscientização AVSEC; e
- b A CONTRATADA, deverá operar e Controlar o Canal de Inspeção e os Pontos de Acesso à Área Controlada e à Área Restrita de Segurança a partir da realização da inspeção de segurança da aviação civil nas pessoas e seus pertences de mão, bem como em veículos e equipamentos, antes do acesso, devendo manter os recursos materiais e humanos necessários para a realização adequada da atividade, em função do nível de ameaça e critérios de facilitação e observando os requisitos estabelecidos em normatização específica sobre a matéria.

2.3. OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E TRÁFEGO AÉREO (EPTA CAT A)

- a A CONTRATADA, deverá operar a EPTA CAT A, disponibilizando colaboradores em quantidade suficiente para atender à demanda de voos da aviação regular nos 2 (dois) aeroportos;
- b Para a manutenção dos diversos equipamentos da EPTA, a CONTRATADA, deverá atender ao preconizado pela legislação em vigor;
- c A CONTRATADA, deverá alimentar, de imediato, o Banco de Informações de Movimento de Tráfego Aéreo (BIMTRA) do Sistema de Cobrança de Tarifas de Navegação Aérea (SICOTAN);
- d A CONTRATADA, deverá manter atualizadas as Publicações do DECEA e formulários necessários à consulta, conforme legislação em vigor;
- e A CONTRATADA, por intermédio de seus colaboradores operadores da EPTA, deverá coletar, selecionar e fornecer aos aeronavegantes as informações aeronáuticas necessárias à realização segura, eficiente e regular de seus voos, bem como receber e processar as mensagens ATS que lhe forem encaminhadas;

- f A CONTRATADA, por intermédio de seus colaboradores operadores da EPTA, deverá efetuar os enlaces Oral (telefônico), de Dados e via Internet, conforme legislação em vigor; e
- g A CONTRATADA, deverá dotar a EPTA de pessoal técnico e operacional habilitado, conforme legislação em vigor.

2.4. OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO, SALVAMENTO E COMBATE A INCÊNDIO EM AERÓDROMO (SESCINC)

O operador de aeródromo, por intermédio da CONTRATADA, deverá:

1. Prover e manter operacional os recursos necessários para o atendimento às emergências aeroportuárias;
2. Acionar ambulâncias para estabilização e remoção de vítimas de uma emergência aeroportuária;
3. Manter o Centro de Operações de Emergência (COE);
4. Manter o Posto de Coordenação Móvel (PCM);
5. Considerar os recursos externos em um raio máximo de 8km;
6. Elaborar e disponibilizar o mapa de grade interno e externo;
7. Distribuir e manter cópia atualizada dos mapas de grade para o órgão ATS, COE, SCI e PACI, PCM, órgãos de recursos externos e veículos do SESCINC;
8. Manter atualizados os planos resultantes do SREA – PLEM e PCINC;
9. Elaborar, implantar e manter atualizado o Plano de Emergência em Aeródromo (PLEM) e o Plano Contra incêndio de Aeródromo (PCINC);
10. Realizar Exercícios Simulados de Emergência em Aeródromo (ESEA), nos prazos estabelecidos no RBAC 153;
11. Implantar e operar o SESCINC conforme as Categoria dos aeródromos:
 - i. Aeroporto Regional de Jericoacoara – SESCINC Cat 7
12. O SESCINC deve ser capaz de atender uma solicitação em tempo-resposta não superior a 3 minutos;
13. Definir as funções, formação, capacitação e reciclagem dos profissionais no âmbito do SESCINC; e
14. Manter e operar os Equipamentos de Proteção e os Equipamentos de Apoio às Operações de Resgate.

3. CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA

O operador de aeródromo, por intermédio da CONTRATADA, deverá:

1. Estabelecer e implementar um sistema de manutenção e conservação de toda a infraestrutura aeroportuária;
2. Manter toda área pavimentada (PPD, TWY, pátio, vias de serviço) e não-pavimentada (vias de inspeção, faixa preparada e não preparada) em condições operacionais;
3. Manter áreas verdes dentro dos padrões estabelecidos;
4. Manter o sistema de drenagem operacional evitando o acúmulo de água e, por consequência, a atração da fauna;
5. Manter os auxílios visuais em condições físicas e operacionais objetivando a visualização, identificação e entendimento por parte de pilotos e pessoal em solo;
6. Manter o sistema elétrico que alimenta os equipamentos de auxílio à navegação aérea, a movimentação de aeronaves e a SCI;
7. Implantar e manter um sistema de proteção da área operacional;
8. Manter equipamentos, veículos e sinalização viária em condições operacionais;
9. Planejar e executar obras e serviços de manutenção;

10. Planejar, estabelecer e documentar os procedimentos específicos de segurança operacional para obra ou serviço de manutenção;
11. Solicitar à ANAC, anuência sobre obras e serviços de manutenção, quando pertinente;
12. Realizar a manutenção e conservação das edificações: TPS, SCI, Caixa/Castelo d'água, Cobertas (estrutura metálica e de madeira), Guarita de inspeção, Casa de força (K.F.);
13. Propiciar a conservação, reparos e/ou substituição dos equipamentos e mobiliário: Pórtico de inspeção, Raio X, Esteiras de bagagem, CFTV, SIV, Racks da Sala CUT, Rede Wi-Fi, Telefones, Ar-condicionados, Computadores, Mobiliário - mesas, cadeiras, longarinas e armários, Letreiro luminoso, Auxílios à navegação e visuais (luminárias da PPD, TWY e pátio – luminária SN-05, lâmpadas e transformadores), PAPI, Farol rotativo, Biruta iluminada, EMS – estação meteorológica de superfície, Controle de luminosidade do balizamento, Sistema de gravação de mensagens ATS, Impressora, Computador, Estação VHF aeronáutico, VHF portátil, Refletores do pátio e SCI, CCI, Equipamentos de apoio às operações de resgate (Tabela 153.423-1 pág 65 RBAC 153 emd 08 classe II certop); e
14. Realizar a manutenção e conservação de todo o Sítio Aeroportuário: Roço de áreas verdes (faixa de pista, RESA, vegetação que invada as superfícies de proteção ao voo - PBZPA), Cercas patrimonial e operacional, Manutenção das vias de inspeção internas e externas da cerca patrimonial e operacional, dentre outros, conforme regulamentação vigente.

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº 36001.000112/2026-45

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM (O)A _____ E (O)
A _____, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE
NELE SE DECLARA.**

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20260004-SETUR, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Pregão Eletrônico nº 20260004-SETUR, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação dos serviços auxiliares à operação, administração, conservação e manutenção dos Aeroportos Regionais de _____, de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 1 (um) ano, contado da assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que está relacionado às atividades-fim da Secretaria do Turismo do Ceará, as quais são de necessidade permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a possibilidade da vantajosidade econômica advinda da economia de escala.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço global.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

5.3. Os riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE e CONTRATADO se encontram descritos no subitem 2.2 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor mensal da contratação é de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor total de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 12/03/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO



10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador) aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;

- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A garantia contratual obedecerá aos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- 13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.4.2. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 1% (um por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.3. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4.4. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.1.1. Gestão/Unidade: 36200001 – FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ – FUNDETUR;

15.1.2. Fonte de Recursos: 500 – 501 – TESOURO DO ESTADO; 759 – RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS;

15.1.3. Programa de Trabalho: 261 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA;

15.1.4. Elemento de Despesa: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

19.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato representante a ser especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

19.3. A execução contratual será fiscalizada pelo(a) Fiscal(a) do Contrato, representante a ser especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)

ANEXO IV – MODELO DO TERMO DE ATESTADO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20260004

PROCESSO Nº 36001.000112/2026-45

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que visitei os locais e as condições onde serão executados os serviços de _____, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)

NOME (RESPONSÁVEL DA UNIDADE CONTRATANTE)

(assinatura e carimbo constando o nome)

ANEXO V – MODELO DO TERMO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20260004-SETUR

PROCESSO Nº 36001.000112/2026-45

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que opto pela não realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços de _____. DECLARO ainda que, tenho conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo, assumo inteiramente a responsabilidade ou consequências que, por ventura, decorram desta omissão.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)